



Investigações
Experimentais

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

2017 - 2018

PERFIL DAS DESPESAS NO BRASIL

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento
Esteves Pedro Colnago Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva
Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento
Adriana Araújo Beringuy

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento



**Investigações
Experimentais**

Estatísticas Experimentais

Pesquisa de Orçamentos Familiares

2017-2018

Perfil das despesas no Brasil

Indicadores de qualidade de vida



Rio de Janeiro
2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-65-87201-96-2

© IBGE. 2021

Estas estatísticas são classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. Elas são desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Pesquisa de orçamentos familiares : 2017-2018 : perfil das despesas no Brasil : indicadores de qualidade de vida / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021.
59 p. : il. - (Investigações experimentais. Estatísticas experimentais).

ISBN 978-65-87201-96-2

1. Orçamento familiar - Brasil. 2. Alimentação. 3. Transportes. 4. Lazer. 5. Contas de despesas. 6. Qualidade de vida. 7. Indicadores sociais. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. II. POF : 2017-2018 : perfil das despesas no Brasil : indicadores de qualidade de vida. III. Série.

CDU 64.03:001.8
SOC

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Notas técnicas	13
Conceitos e definições	13
Perfil das despesas no Brasil	19
Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem	28
Comentários dos resultados	31
Índice de perda de qualidade de vida (IPQV)	31
Índice de desempenho socioeconômico (IDS)	42
Referências	47
Anexo	
Número e proporção de pessoas, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018	51

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os propósitos principais das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população.

Nas publicações anteriores, estudamos o Perfil das Despesas no Brasil – indicadores selecionados realizado em duas publicações complementares que investigaram alguns temas específicos aos quais chamamos de dimensões, são elas: 1 – Renda; 2 – Moradia; 3 – Acesso à serviços de utilidade pública; 4 – Saúde; 5 – Educação; 6 – Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida; 7 – Alimentação; 8 – Transporte e 9 - Lazer e viagens, analisadas a partir de subgrupos da população definidos segundo uma lista de condicionantes que viabilizam o desenvolvimento de estudos sobre a composição dos gastos e condições de vida, segundo as disparidades regionais, áreas urbanas e rurais, a estrutura da família e alguns aspectos das pessoas de referência de cada família.

O formato adotado pelas publicações anteriores do Perfil das Despesas no Brasil com a POF 2017-2018 que buscou aproveitar a diversidade temática existente na POF para sintetizar os conteúdos e estudá-los de forma encadeada, combinando os temas, como despesas e condições de vida, por distintos condicionantes simultaneamente, além do cômputo destas informações objetivas e subjetivas. Algumas destas informações já foram divulgadas nas demais publicações da edição da POF 2017-2018, ao longo de 2019 e 2020. As análises dos indicadores ilustraram o amplo potencial de aplicação dos dados

das POFs na compreensão da realidade socioeconômica das famílias brasileiras. Os resultados para grupos específicos de despesa foram analisados segundo algumas características das pessoas de referência das famílias, reconhecidamente determinantes da qualidade de vida no Brasil.

A presente publicação é o resultado da agregação de alguns desses indicadores qualitativos e subjetivos criados para cada dimensão, e que tem por objetivo avaliar qualidade de vida da população através de um índice de perdas multidimensionais, o índice de perda de qualidade de vida (IPQV), e de um índice de desempenho socioeconômico (IDS), focado na abordagem do conjunto da sociedade.

O IPQV é apresentado por recortes geográficos, variáveis associadas à qualificação para o convívio social e para o ingresso na atividade econômica, como a escolaridade, assim como variáveis relativas à inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho. Enquanto o IDS é observado para o Brasil e suas Unidades da Federação.

São apresentados, de forma resumida, os procedimentos utilizados na coleta e tratamentos das informações da pesquisa. São também descritos o arcabouço conceitual e o modelo metodológico aplicado para as referidas dimensões e a construção dos índices. Essas informações estão disponíveis para *download* no portal do IBGE na Internet, da mesma forma que as tabelas de resultados. O IBGE agradece a todos que contribuíram para a realização da pesquisa, particularmente às famílias entrevistadas, e coloca-se à disposição dos usuários para quaisquer esclarecimentos.

Cimar Azeredo Pereira

Diretor de Pesquisas

Introdução

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF mensura as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços.

Também estão presentes na pesquisa outras óticas não monetárias, fortemente relacionadas à qualidade de vida das famílias. São destaques na POF, a investigação subjetiva do POF 6 sobre a qualidade de vida das famílias, e variáveis não monetárias associadas à estrutura do domicílio, restrições não monetárias à saúde, tempo de deslocamento para o trabalho, acesso aos serviços de utilidade pública e etc. A alimentação é outro tema de destaque e muito explorado que conta com abordagens não monetárias. Além das despesas com alimentação, muitas outras informações foram disponibilizadas pela pesquisa e divulgadas nas últimas publicações.

A primeira publicação da POF 2017-2018 contemplou os temas despesas, rendimentos e variação patrimonial das famílias, aspectos básicos para a análise dos orçamentos domésticos. Os resultados referentes às despesas e rendimentos foram apresentados nos enfo-

ques monetário e não monetário. A segunda publicação abordou o tema referente às quantidades adquiridas da alimentação domiciliar *per capita*, na qual os resultados foram discutidos segundo os recortes geográficos, as situações urbana e rural e classes de rendimentos. Já a terceira publicação trouxe as informações sobre o consumo alimentar pessoal das pessoas moradoras com 10 anos ou mais de idade, sendo os dados obtidos a partir da aplicação do Bloco de Consumo Alimentar Pessoal (POF 7). O tema da quarta publicação da pesquisa e, pela primeira vez nas POFs, foi a situação da Segurança Alimentar no Brasil. Os dados deste estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas da Escala Brasileira de Medida Direta da Insegurança Alimentar – EBIA, que foi introduzida no questionário sobre Avaliação das Condições de Vida (POF 6). Como quinta e sexta publicações foram divulgadas as duas partes do Perfil das Despesas: indicadores selecionados, que analisaram os nove painéis de dimensões e temas, como veremos a seguir: renda, moradia, acesso à serviços de utilidade pública, saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte e lazer e viagens.

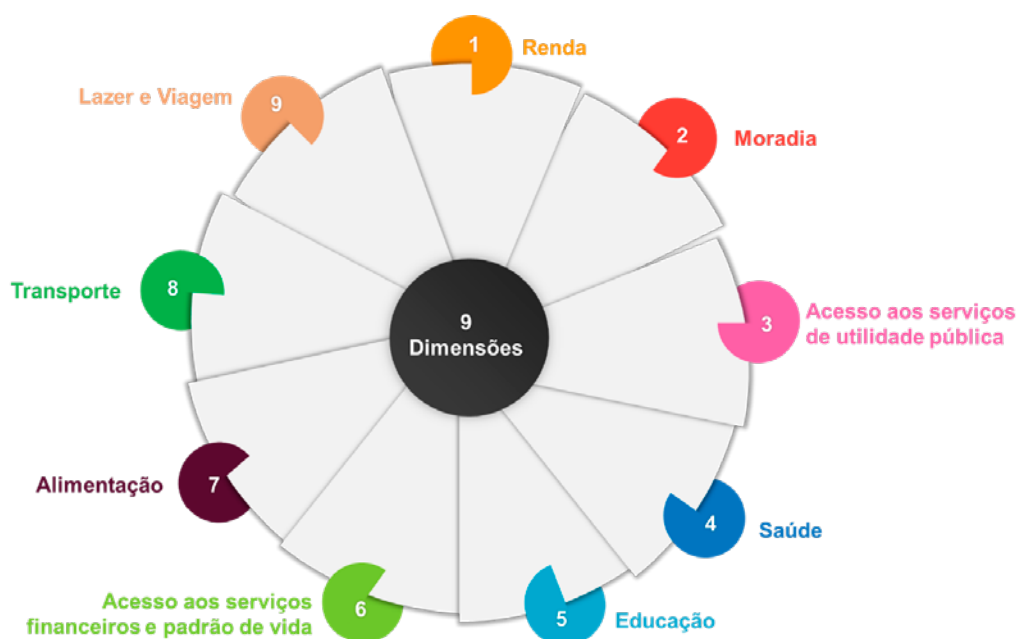
O rico conjunto de informações levantado pela pesquisa possibilita a avaliação da qualidade de vida das famílias por três óticas. (1) A ótica monetária da renda e da despesa na qual as aquisições de bens e serviços são avaliadas segundo os preços destes mesmos produtos e serviços vigentes na sociedade. (2) A ótica da avaliação subjetiva na qual as aquisições de bens e serviços (e outros elementos da qualidade de vida) são avaliados diretamente pelas famílias. (3) A ótica da caracterização não monetária que busca as peculiaridades de bens e serviços (e outros elementos da qualidade de vida), inclusive para item com preços determinados e observados.

As três óticas se justificam porque pessoas compram produtos com características diferentes. Tais características, quando combinadas com as características da própria pessoa e da sociedade, tornam o produto mais ou menos útil e influencia o bem estar usufruído pelo seu uso, que vai depender desta combinação. Dessa forma, as pessoas podem utilizar a renda como instrumento para comprar os bens desejados. Entretanto a compra do produto não garante a satisfação e a qualidade de vida quando a sociedade não cria as condições necessárias para o aproveitamento dos produtos. Por exemplo, considere o caso de um cadeirante que compre uma cadeira de rodas. A cadeira de rodas garantirá a capacidade da pessoa se locomover, porém a acessibilidade dependerá da existência de ruas e calçadas apropriadas. Na ausência da manutenção a mobilidade do cadeirante não é assegurada e não se pode garantir que a compra do bem gere o bem-estar e ou a qualidade de vida desejada¹.

Pela riqueza de informação, a POF permite analisar as diferentes dimensões da qualidade de vida por mais de uma ótica. É possível analisar ao menos nove diferentes dimensões e temas representadas na Figura 1.

¹ A importância do acompanhamento da qualidade de vida, da satisfação e do bem-estar subjetivo e de medidas de rendimento mais próximas à renda disponível é enfatizada por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), Organisation for Economic Co-operation and Development (2013, 2015) e o relatório *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century* (2019). Sobre diferentes abordagens para mensuração da qualidade de vida e da pobreza ver Oliveira (2010), Athias e Oliveira (2016), Nussbaum e Sen (1993), Adler e Fleurbaey (2016) e D'Ambrosio (2018). Para uma avaliação do bem-estar no Brasil com base no consumo ver o *Mapa de pobreza e desigualdade* (2008), do IBGE, Oliveira e outros (2016) e Oliveira e outros (2017).

Figura 1 - Painel das dimensões e temas



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tais dimensões e temas são explorados no questionário POF 6 – Avaliação das condições de vida, que trata das avaliações subjetivas, assim como são exploradas nos demais quesitos de despesa e em outros quesitos não monetários.

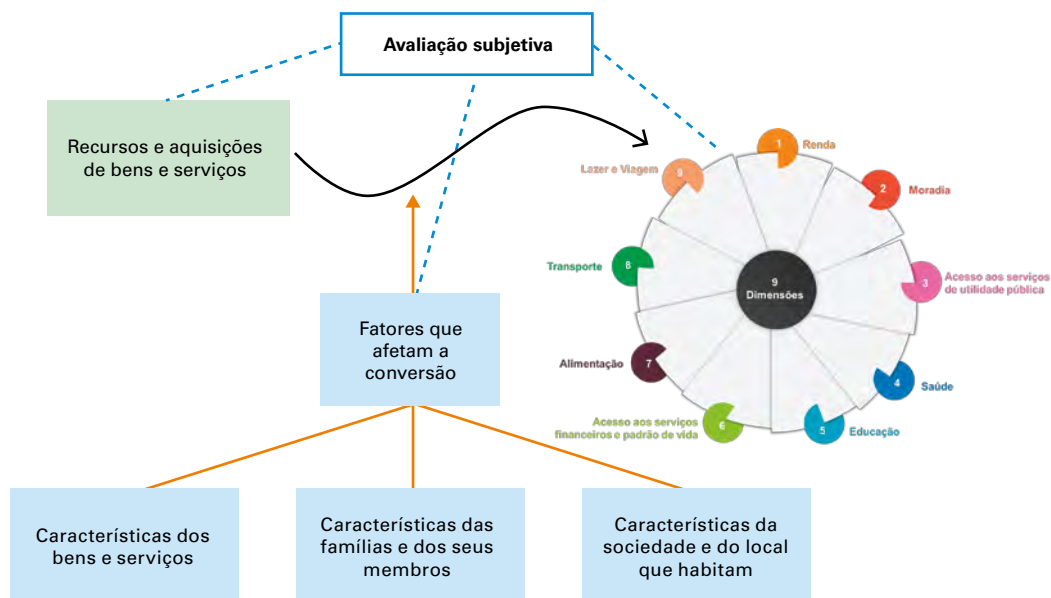
As últimas duas publicações da POF (PESQUISA..., 2020; PESQUISA..., 2021) analisaram os indicadores das nove dimensões e temas que são contempladas no painel (Figura 1) a partir das óticas monetária, não-monetária e da avaliação subjetiva. Os referidos estudos investigaram de forma abrangente aspectos da qualidade de vida para o Brasil e para um conjunto de condicionantes selecionados, como aspectos geográficos, características da pessoa de referência da família, composição familiar e décimos de renda. Tais características podem contribuir para elucidar de que forma que as características dos bens, das famílias, e da sociedade afetam a qualidade de vida e as avaliações subjetivas no País.

A presente publicação destina-se a avaliar a qualidade de vida da população brasileira através de um índice de perdas ou privações multidimensionais, o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e do índice de desempenho socioeconômico (IDS). Segundo Anand e Sen (1997), mensurar as privações (as perdas na qualidade de vida) demandam uma abordagem micro focada nos indivíduos, enquanto mensurar o progresso (ou desenvolvimento) socioeconômico requer uma abordagem agregada focada no conjunto da sociedade.

O IPQV atua como um identificador das perdas (ou privações) as quais as pessoas sofreram na sua qualidade de vida. Estas perdas ocorrem porque as famílias têm dificuldades em transformar integralmente todos os seus recursos e as suas aquisições de bens e serviços em qualidade de vida. As características das famílias e

dos seus membros, aspectos da sociedade e da localização de onde vivem, além dos bens e serviços adquiridos, são os principais fatores que afetam a conversão de todos os recursos em qualidade de vida das famílias. Este processo pode ser visualizado a partir da esquematização representadas na Figura 2.

Figura 2 - Fatores que afetam a conversão dos recursos e aquisições de bens e serviços



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Deve-se salientar que a renda familiar, denominada como dimensão 1, não é de fato uma dimensão, pois ela em conjunto com o preço, define a restrição orçamentária das famílias que mostra as possibilidades de consumo das dimensões estudadas.

O IPQV foi construído a partir de alguns dos indicadores² qualitativos e subjetivos calculados para as oito dimensões e temas estudados anteriormente³, são elas: moradia, serviços de utilidade pública, saúde e alimentação, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, transporte e lazer. A perda da qualidade de vida calculada como uma função de uma lista de atributos. Cada atributo é representado por uma variável binária 0 ou 1, onde 1 indica que a pessoa ou a família sofre determinada privação. Outro fator relevante a se destacar sobre o IPQV é que cada dimensão tem o mesmo peso, embora haja um número diferente de variáveis indicadoras em cada dimensão. Para tanto os indicadores são ponderados de tal forma que a soma dos pesos seja a mesma em cada uma das dimensões. Isto significa dizer que para o cálculo do IPQV não há diferença de importância entre a educação ou moradia, por exemplo.

² Na dimensão educação foram calculados cinco indicadores referentes a acesso a escola e atraso escolar que não foram contemplados na publicação do IBGE *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados* (PESQUISA..., 2020).

³ Para maiores detalhes sobre a construção do IPQV e os indicadores utilizados ver as Notas técnicas e o Quadro 3 na próxima seção.

Conforme citado anteriormente, a mensuração do progresso socioeconômico é realizada a partir de medida agregada direcionada a toda a sociedade, descontada pelas privações sofridas por ela. Assim, para a construção do IDS utilizou-se como medida de progresso socioeconômico a renda disponível familiar *per capita* (ou seu logaritmo⁴), calculada com as informações de rendimento monetário e não monetário e deduções da POF (PESQUISA..., 2020), e o IPQV como a privação. A análise do IDS é realizada para o Brasil e todas as Unidades da Federação.

Sobre a abrangência da pesquisa, cabe ressaltar que a POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, com âmbito Territorial Nacional – à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste, a POF 1987-1988, a POF 1995-1996, a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. A POF 2002-2003 e a POF 2008-2009 dão igual prioridade às demais aplicações anteriormente mencionadas.

A amostra da POF 2017-2018 manteve características do desenho aplicado à POF 2008-2009, cobrindo todo o Território Nacional e mantendo sua concepção segundo o conceito de amostra mestra, que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostragem no contexto mais amplo do projeto de reformulação dessas pesquisas – a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD.

Cabe ainda, nessas considerações iniciais, esclarecer sobre a adoção do termo “família” nas publicações de resultados da POF. A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa – unidade de consumo – que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. É importante ressaltar que esta definição, que será detalhada mais adiante, segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares.

Para propiciar a compreensão dos resultados aqui apresentados, assim como estudos futuros, os conceitos adotados na pesquisa e sua metodologia constituem parte dessa publicação.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (HUMAN..., 2019), por exemplo, também é uma função do log da renda *per capita*.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo, são apresentados os conceitos relacionados com os resultados desta publicação, segundo as seguintes variáveis: domicílios, unidades de consumo, pessoas, despesas, rendimentos e condições de vida. Antecede aos temas a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e à qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições referentes à variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, tanto as despesas quanto os rendimentos, definiu-se o tempo de duração da pesquisa em 12 meses. O período de realização da POF 2017-2018 teve início no dia 11 de julho de 2017 e término no dia 9 de julho de 2018.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A investigação de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes frequências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas de menor valor são aquelas normalmente realizadas com mais frequência, enquanto as despesas de maior valor são realizadas com menor frequência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma

aquisição com valor mais elevado é preservada por um período mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante, os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio. A exceção é o período de referência de sete dias, que é contado no decorrer da entrevista.

Data de referência da pesquisa

Como as POFs combinam um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, adotado para alguns itens de despesa e para os rendimentos, as informações se distribuem em um período total de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa sejam valorados a preços de uma determinada data.

A data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2017-2018 foi 15 de janeiro de 2018.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF, em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Características dos domicílios

Para a presente publicação, as seguintes características dos domicílios foram analisadas: forma de abastecimento de água; escoadouro de banheiro, sanitário ou buraco para dejeções; destino do lixo e combustível utilizado na preparação de alimentos.

Unidade de consumo

A unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Para efeito de divulgação da POF, o termo “família” é considerado equivalente à unidade de consumo.

A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos em que não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu por meio das despesas com moradia.

Unidade de consumo principal

A unidade de consumo principal é aquela à qual pertence o responsável pela maior parte das despesas de moradia (aluguel ou prestação de imóvel próprio e/ou contas e taxas de serviços do domicílio).

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário – remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário – remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Despesas

A POF teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas, que foram definidas como monetárias e não monetárias.

Despesas monetárias

São aquelas efetuadas por meio de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não monetárias

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida por meio de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi também contabilizado como despesa não monetária, assim como nas pesquisas anteriores.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não monetárias segue as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia* (2003), realizada pela

Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), em dezembro de 2003.

A forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo. Foram coletadas informações sobre as aquisições monetária e não monetária. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, com o objetivo principal de identificá-las como monetárias e não monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

1. Monetária à vista para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
2. Monetária à vista para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
3. Monetária a prazo para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
4. Monetária a prazo para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
5. Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
6. Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
7. Doação – quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido ou obtido sem nenhum custo. Como exemplo: presentes, re-

médios recebidos em postos de saúde e cesta básica de alimentos fornecida pelo empregador.

8. Retirada do negócio – quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.
9. Troca – quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.
10. Produção própria – quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.
11. Outra – quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadrasse nas definições acima, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Perfil das despesas no Brasil

Pessoas

Pessoa moradora, excluindo empregado doméstico e parente de empregado doméstico

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a 12 meses. Aquelas que se achavam presentes por ocasião da coleta da pesquisa são consideradas moradores presentes. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente.

Nesta publicação é considerado apenas um subconjunto dos moradores: os moradores com condição na unidade de consumo (família) diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico. Ou seja, são excluídos dos moradores os empregados domésticos que trabalhavam para as famílias entrevistadas assim como os parentes destes empregados domésticos.

Total de pessoas moradoras, excluindo empregado doméstico e parente de empregado doméstico

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das unidades de consumo na população ou em uma determinada classe, com condição na unidade de consumo (família) diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Pessoa de referência da unidade de consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa etc.). No caso em que nenhum morador satisfizesse a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha.

Renda

Renda disponível

A soma dos rendimentos monetários recebidos (pelo trabalho, transferências e outras fontes) mais os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetária (rendimento não monetário) menos valores pagos em impostos diretos, contribuições sociais e outras deduções (transferências pagas) de forma compulsória ou quase compulsória.

Impostos diretos, contribuições e outras deduções

São os valores pagos diretamente pelas famílias na forma de impostos, contribuições sociais, e outras deduções de forma compulsória ou quase compulsória. Tais pagamentos consistem nas transferências realizadas pelas famílias para o governo, instituições e outras famílias, e que reduzem a renda disponível para o consumo das famílias.

Renda não monetária

É a soma de todos os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetárias (rendimento não monetário). São incluídos os valores de bens e serviços providos pelo governo, instituições e outras famílias, assim como o aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não monetário correspondente ao aluguel estimado, foram deduzidas as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia* (2003), realizada pela OIT, em dezembro de 2003.

Renda monetária

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Renda disponível familiar *per capita* (RDFPC)

Para cada unidade de consumo (cada família), a RDFPC é a divisão do total da renda disponível pelo total de moradores. A RDFPC da unidade de consumo é atribuída a cada um dos moradores (lembrando que nesta publicação o conceito de morador exclui as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico).

Renda líquida

Os rendimentos líquidos diferem do cálculo da renda disponível em um aspecto: são contabilizados apenas valores monetários coletados no POF 5 e alguns poucos códigos do quadro 48 interpretados como deduções dos rendimentos do trabalho. Dessa forma, valores não associados aos rendimentos do trabalho, às transferências ou aos outros rendimentos não entram nas contas da renda líquida. Por exemplo, o IPVA pago pela família não entra no cálculo da renda líquida, mas entra no cálculo da renda disponível. Assim como a renda disponível, a renda líquida também é calculada em termos *per capita*, dividindo a soma dos valores pelo total de moradores, excluindo as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Renda mínima

A renda mínima é captada com o quesito 2 do POF 6: levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o rendimento mensal familiar mínimo necessário para chegar até o fim do mês? Assim como a renda disponível, os valores da renda mínima são reportados em termos *per capita*, dividindo a soma dos valores pelo total de moradores, excluindo as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Variação patrimonial

Compreende vendas de imóveis, carros e outros bens, heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

Dimensões

O Quadro 1 lista dimensões que podem ser abordadas com as informações disponíveis na pesquisa, assim como variáveis e indicadores que podem ser adotados em cada uma das dimensões. A lista é longa, incluindo nove dimensões e ao menos três tipos de indicadores cujas informações são complementares. Os indicadores monetários de despesa avaliam a importância que a sociedade e as famílias dão aos bens e serviços em função dos preços de mercado. Já os indicadores subjetivos mostram como as famílias avaliaram diretamente bens e serviços assim como as condições de vida que a sociedade proporciona. Por fim, os demais indicadores não monetários focam nas características dos bens e serviços disponíveis que, combinadas com as características das próprias famílias e da sociedade, podem garantir ou limitar as condições de vida.

Com esta riqueza de detalhes, são montados painéis de indicadores para cada dimensão, revelando aspectos específicos e que afetam o dia a dia da população brasileira. Nesta primeira divulgação são explorados os painéis de indicadores associados a renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde e educação. As demais dimensões serão tratadas posteriormente: acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte, lazer e viagem.

Quadro 1 – Dimensões de qualidade de vida utilizadas no Perfil de Despesas

Dimensões		Descrição
1	Renda	Avaliação subjetiva da renda mínima familiar
		Renda disponível e seus componentes
		Renda líquida e seus componentes
		Pobreza e desigualdade de renda
2	Moradia	Despesas relacionadas a serviços de moradia, estrutura do domicílio e avaliação subjetiva da situação de risco e padrão do domicílio
3	Acesso aos serviços de utilidade pública	Despesas e acesso a serviços essenciais: água, luz elétrica, gás, comunicação e coleta de lixo e avaliação subjetiva dos mesmos
4	Saúde	Despesas com medicamentos, produtos farmacêuticos e serviços médicos
		Acesso e despesa com plano de saúde
		Restrição a medicamentos e serviços de saúde e avaliação do padrão de vida familiar em relação a saúde
5	Educação	Despesa com serviços de educação, segundo o nível, de ensino e avaliação subjetiva da educação
6	Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	Despesas de serviços financeiros e empréstimos e avaliação da renda familiar
7	Alimentação	Despesas dentro e fora do domicílio
		Avaliação do padrão de vida da família em relação a alimentação e do valor mínimo de gastos com alimentação
8	Transporte	Despesa com transporte público e particular
		Tempo de deslocamento no transporte para o trabalho e avaliação do padrão de vida familiar em relação ao transporte
9	Lazer e viagem	Despesas com entretenimento e viagens por motivo de lazer e avaliação subjetiva do lazer

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Características das pessoas de referência e das famílias – condicionantes

As variáveis de cada painel (renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde e educação) desta divulgação são calculadas, em sua maioria, tanto para o Brasil como um todo quanto para subgrupos da população definidos em função das características da família, tais como localização, décimos da RDFPC, composição da família e características da pessoa de referência da família. Mais especificamente, características listadas no Quadro 1.

Para cada condicionante (coluna 1 do Quadro 2) são associadas categorias (coluna 3 do Quadro 2) que definem a população ou um subgrupo da população de interesse. Por exemplo, a categoria urbana associada à localização geográfica do domicílio define o subgrupo da população formado pelos moradores que residem em área urbana. A categoria mais de um adulto sem criança define o subgrupo da população formado pelos moradores das famílias com dois ou mais adultos (nesta publicação foi considerada como criança o morador com 14 anos de idade ou menos, como adulto o morador com 15 a 64 anos de idade, como idoso o morador com 65 anos ou mais de idade). Cada décimo de renda contém cerca de 10% dos moradores selecionados em função dos decis da RDFPC.

Os demais condicionantes do Quadro 2 (composição demográfica, sexo, cor, nível de instrução, ocupação e formalização) definem subgrupos da população com base nas características da pessoa de referência da família. Por exemplo, ao condicionante sexo está associada a categoria homem que define o subgrupo da população formado pelos moradores das famílias onde a pessoa de referência é homem, neste subgrupo há homens e mulheres. De forma semelhante, a categoria mulher define o subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é mulher e, novamente, neste subgrupo há homens e mulheres.

Quadro 2 - Condicionantes: variáveis geográficas e características dos moradores utilizadas no Perfil de Despesas

Condicionantes	Definição	Categorias selecionadas
Localização geográfica do domicílio	Brasil	Brasil
	Situação do domicílio segundo sua área de localização	Urbano
		Rural
	Grandes Regiões	Norte
		Nordeste
		Sudeste
		Sul
Centro-Oeste		
Composição demográfica	Faixa de idade da pessoa de referência da família, reflete o ciclo de vida	Até 24 anos
		25 a 49 anos
		50 a 64 anos
		65 anos ou mais
Cor ou raça da pessoa de referência	Cor ou raça declarada pela pessoa de referência da família	Brancos
		Pretos e pardos
Sexo da pessoa de referência	Sexo da pessoa de referência da família	Homem
		Mulher
Nível de Instrução da pessoa de referência	Nível de instrução da pessoa de referência da família, obtido em função das informações da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente	Sem instrução
		Ensino fundamental incompleto
		Ensino fundamental completo
		Ensino médio incompleto
		Ensino médio completo
		Ensino superior incompleto
Composição da família	Classificação das famílias em função do número de adultos e da presença de crianças e de idosos; reflete a estrutura e organização das famílias. Foi considerado como criança o morador com 14 anos de idade ou menos, como adulto o morador com 15 a 64 anos de idade, como idoso o morador com 65 anos ou mais de idade	Um adulto sem criança
		Um adulto com ao menos uma criança
		Mais de um adulto sem criança
		Mais de um adulto com ao menos uma criança
		Um ou mais idosos com ou sem crianças
		Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças
Ocupação e formalização da pessoa de referência	Classificação da pessoa de referência da família em função da posição na ocupação no trabalho principal e da participação na força de trabalho. Foi considerada ocupada a pessoa de referência, de 10 anos ou mais, que exerceu trabalho, durante pelo menos quatro horas completas em ao menos um dos doze meses de referência ou que estava afastada temporariamente de um trabalho remunerado nesse período. Foi considerada fora da força de trabalho a pessoa de referência que não procurou trabalho e não estava ocupada. Nos outros casos estão as pessoas de referência que estavam desempregadas ou exerciam trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou parente	Empregado doméstico
		Empregado com carteira
		Empregado sem carteira
		Militar e empregado do setor público
		Conta própria
		Empregador
		Fora da força de trabalho e outros casos
Décimos de rendimento	Classificação das famílias e seus moradores em décimos de renda onde o limite superior de cada décimo é definido pelo respectivo decil da distribuição da renda disponível familiar <i>per capita</i> dos moradores	1 a 10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Índice de perda de qualidade de vida (IPQV)

O Índice de perda de qualidade de vida (IPQV) é baseado na literatura de índices multidimensionais, que tratam, de forma axiomática, de diferentes temas como bem-estar, desigualdade, exclusão social, pobreza etc., e em especial nos trabalhos de Tsui (1995, 2002), Chakravarty e D'Ambrosio (2006), Alkire e Foster (2011) e na publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (BEM-ESTAR..., 2018)⁵.

No caso, o IPQV é calculado como uma função de perda agregada (*loss-function* ou *ill-function*) representada por L o que demanda uma pequena modificação do trabalho de Tsui (1995) que trata de funções de bem-estar (*welfare functions*) multidimensionais côncavas (ou, de forma mais geral, quase côncavas). Para representar a perda de qualidade de vida, L precisa ser uma função convexa das perdas representadas na matriz $X = [X_{ij}, (i=1, \dots, n), (j=1, \dots, d)]$, onde n representa o número de pessoas, d é o número de características ou dimensões incluídas na análise.

De forma semelhante a Chakravarty e D'Ambrosio (2006), os elementos da matriz X assumem valores 0 ou 1, sendo as perdas indicadas por 1, $X = [X_{ij} = 0 \text{ ou } 1]$. Logo, $X_{ij}=1$ significa que a pessoa i tem perda de qualidade de vida segundo a característica j .

Cada coluna de j representa uma característica diferente associada a perda de qualidade de vida. Por exemplo, a coluna $j=1$ pode mostrar quais pessoas sofrem com a ausência de banheiro exclusivo ao domicílio e a coluna $j=d$ pode indicar os casos em que a avaliação do lazer foi ruim.

A linha i da matriz X lista as perdas da pessoa i segundo cada uma das características incluídas na análise. Tais linhas são de especial interesse para os cálculos que serão apresentados nesta seção, sendo a primeira etapa de agregação baseada nas informações de cada coluna de uma mesma linha. Para facilitar a exposição considere o vetor linha $X_{i*} = [X_{i1} \dots X_{id}]$ formado pelos elementos da linha i da matriz X . Considere C_i^* a contagem não ponderada das perdas da pessoa i como uma função de X_{i*} , ou seja, $C_i^*(X_{i*}) = (X_{i1} + \dots + X_{id})$. Quando $C_i^* = d$, a pessoa i apresenta perda de qualidade de vida segundo todos os indicadores. Quando $C_i^* = 0$, a pessoa i não apresenta perda alguma.

Entretanto, é mais comum trabalhar com a contagem das privações como uma proporção das dimensões analisadas. Por exemplo, calculando C_i^*/d quando os indicadores (colunas) da matriz X tem a mesma importância. Na prática, as dimensões de interesse costumam ser representadas ou mensuradas por mais de uma característica. Por exemplo, as colunas j' , j'' e j''' da matriz X podem conter informação sobre a frequência escolar, analfabetismo e nível de instrução. Ademais, o número de colunas associadas a cada dimensão de interesse (educação, moradia, serviços de utilidade pública etc.) costuma diferir. Com isso, as colunas da matriz X podem ter pesos distintos para que as dimensões tenham mesma importância.

De forma mais geral, podemos definir a contagem (ponderada) C_i onde as informações de W são incorporadas. W é um vetor de pesos fixos representado por: $W^T = [W_1 \dots W_d]^T = [W_j, (j = 1 \dots, d)]^T$, onde T indica transposto, ($0 < W_j < 1$ para todo j) e ($W_1 + \dots + W_d = 1$). Dessa forma a contagem ponderada é definida como uma função do vetor e dos parâmetros do vetor W . Ou seja,

⁵ Sobre índices multidimensionais ver também Oliveira (2010), Decancq, Fleubaey e Schokkaert (2015), Aaberge e Brandolini (2015), Adler e Fleurbaey (2016), Chakravarty (2018), D'Ambrosio (2018), e a bibliografia citada nestes textos.

$$C_i(X_{i*}) = X_{i*} W = \sum_{j=1}^d X_{ij} W_j = (X_{i1}W_1 + \dots + X_{id}W_d).$$

Repare que C_i informa muito sobre a proporção dos atributos e dimensões em que as perdas de qualidade de vida ocorrem para a pessoa i . Entretanto, C_i não é estritamente convexa e, conseqüentemente, não mensura adequadamente perdas da pessoa i . Justamente por isto, uma vez definida a matriz X , cada vetor linha X_{i*} e o vetor coluna W , o IPQV é obtido seguindo os passos abaixo.

Passo 1: Cálculo da contagem ponderada (C_i) de cada pessoa

$$C_i = C_i(X_{i*}) = X_{i*} W = \sum_{j=1}^d X_{ij} W_j, \text{ para todo } i = 1, \dots, n$$

Passo 2: Cálculo da função de perda (V_i) de cada pessoa.

$$V_i = V_i(C_i) = \frac{e^{C_i} - 1}{e - 1} \in [0, 1], \quad \text{para todo } i = 1, \dots, n.$$

V_i é uma função estritamente crescente e estritamente convexa da contagem ponderada (C_i). Ou seja, um aumento em C_i sempre aumenta V_i e isto se dá a taxas cada vez maiores. O valor de V_i varia de zero até um. Zero indica que não há perdas na qualidade de vida para a pessoa i . Um indica a maior perda possível.

Passo 3: Cálculo da função de perda agregada (L).

$$L = L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n)) = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} \in [0, 1], \text{ onde } F_i \text{ é o fator de expansão de } i.$$

L é dada pela média dos V_i 's cujo cálculo incorpora os fatores de expansão da pesquisa. Repare que L é a soma de funções estritamente crescentes e estritamente convexas e, além disso, os fatores de expansão são todos positivos, então L também será uma função estritamente crescente e estritamente convexa das contagens C_i 's. Isto garante que, para atributos com mesmo peso, ter 3 pessoas na população com privação em 1 atributo é menos preocupante do que ter uma pessoa na população com privações em 3 atributos⁶.

Passo 4: Defina o IPQV como a função da matriz X descrita abaixo.

$$\begin{aligned} IPQV = IPQV(X) &= \frac{1}{\sum_{i=1}^n F_i} \cdot \sum_{i=1}^n F_i \frac{e^{(\sum_{j=1}^d X_{ij} W_j)} - 1}{e - 1} \equiv \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} \\ &= L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n)) \end{aligned}$$

Dessa forma, o IPQV é como uma função da matriz de indicadores binários (X) cujo o valor pode ser obtido em a partir da média das perdas individuais (L) seguindo os passos 1, 2 e 3.

⁶ Repare que a média dos C_i 's não goza desta propriedade porque não é estritamente convexa. Se $\bar{C} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i C_i}{\sum_{i=1}^n F_i}$ fosse utilizada como indicador no lugar de L , seria totalmente indiferente ter 3 pessoas na população com privação em um atributo ou ter 1 pessoa na população com privações em 3 atributos. Ou seja, se daria pouca prioridade para aqueles com muitas perdas.

Uma vez definido o IPQV, cabe destacar as seguintes propriedades do índice: (1) continuidade; (2) simetria (atende ao anonimato, para todo $i \neq i^o$, temos $V_i \neq V_{i^o}$ se e só se $C_i \neq C_{i^o}$); (3) individualismo (as perdas da pessoa "i" dependem apenas de C_i ou, de forma mais geral, do vetor X_i); (4) estritamente crescente (Princípio de Pareto: menos perdas é melhor); (5) convexidade estrita; (6) consistência aditiva na escala (alterações aditivas na escala não alteram as ordenações geradas por L); (7) decomponibilidade por subgrupo da população; (8) decomponibilidade pela média e desigualdade das contagens (C_i 's).

Das propriedades listadas acima, cabe mencionar as duas últimas. A decomposição por subgrupo garante que o IPQV seja dado pela soma ponderada das estatísticas de para cada subgrupo:

$$IPQV(X) = L = \sum_{g=1}^G L_g f_g, \text{ onde } g = 1, \dots, G \text{ são os subgrupos da população,}$$

$$f_g = \frac{\sum_{i=1}^{n_g} F_{ig}}{\sum_{i=1}^n F_i} \text{ é a proporção do subgrupo } g \text{ na população,}$$

$$L_g = \frac{\sum_{i=1}^{n_g} F_{ig} V_{ig}}{\sum_{i=1}^{n_g} F_{ig}} \text{ é a perda de qualidade de vida do subgrupo } g.$$

A decomponibilidade pela média e desigualdade na contagem das perdas (C_i 's) é motivada pelo seguinte fato:

$$V_i(C_i) = \frac{e^{C_i} - 1}{e - 1} = \frac{e^{\bar{C} + D_i} - 1}{e - 1} = \frac{e^{\bar{C}} e^{D_i} - 1}{e - 1},$$

$$\text{onde } \bar{C} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i C_i}{\sum_{i=1}^n F_i} \in [0,1], \quad D_i = C_i - \bar{C}.$$

$$L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n)) = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i \left(\frac{e^{\bar{C}} e^{D_i} - 1}{e - 1} \right)}{\sum_{i=1}^n F_i}.$$

Na expressão acima, o termo ($e^{\bar{C}}$) capta o efeito do nível médio da contagem ($\bar{C} \in [0,1]$). Tal termo indica que, tudo mais constante, um aumento da contagem média (\bar{C}) eleva as perdas e que isso ocorre a taxas cada vez mais elevadas. Ademais, quando os desvios D_i 's são todos zeros, não há desigualdade nas contagens ($C_i = \bar{C}$, para todo i) e o termo (e^{D_i}) pode ser "excluído" da expressão pois ($e^0 = 1$).

Assim sendo, podemos definir as funções $L_{\bar{C}}$ (associada ao nível médio de \bar{C}) e L_D (associada a desigualdade nos valores dos C_i 's) para decompor aditivamente o IPQV:

$$IPQV(X) = L = L_{\bar{C}} + L_D, \quad \text{onde}$$

$$L_{\bar{C}} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(\bar{C})}{\sum_{i=1}^n F_i} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i \left(\frac{e^{\bar{C}} - 1}{e - 1} \right)}{\sum_{i=1}^n F_i} = \frac{e^{\bar{C}} - 1}{e - 1},$$

$$L_D = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} - \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(\bar{C})}{\sum_{i=1}^n F_i} = L - L_{\bar{C}}.$$

Cabe destacar os cálculos dos efeitos marginais de diferentes atributos. O IPQV depende dos valores dos atributos listados nas colunas da matriz X. A importância de um subconjunto (J) desses atributos pode ser inferida pelo efeito marginal M_J , definido nos 3 passos abaixo.

Passo 1: cálculo da matriz X(-J) onde todos os elementos das colunas da matriz X associadas ao subconjunto J são substituídos por zero.

Passo 2: cálculo de $IPOV(X(-J))$, valor do indicador quando não há perdas associadas ao subconjunto J.

Passo 3: cálculo do efeito marginal propriamente dito, $MJ = IPOV(X) - IPOV(X(-J))$.

Índice de desempenho socioeconômico (IDS)

Os índices de desempenho socioeconômico (IDS's) apresentados nesta publicação são funções das perdas agregadas de qualidade de vida e do progresso econômico, medido pela renda disponível familiar per capita (y) ou $\ln(y)$. Mais precisamente, os IDS's foram definidos como abaixo:

$$IDS_{UF} = S(A_{UF}, L_{UF}) = A_{UF}(1 - L_{UF}),$$

onde UF indica a Unidade da Federação,

A = renda per capita (y) ou $\ln(y)$.

$$IDS_{BR} = \sum_{UF=1}^{27} S(A_{UF}, L_{UF}) f_{UF} = \sum_{UF=1}^{27} A_{UF}(1 - L_{UF}) f_{UF},$$

f_{UF} é a proporção de pessoas da Unidade da Federação na população,

L_{UF} é a perda agregada de qualidade de vida na Unidade da Federação.

Uma vez apresentadas as fórmulas, as últimas etapas para a especificação do IPQV e dos IDS's são as definições dos atributos ($j = 1, \dots, d$) que compõem a matriz X e os pesos fixos do que compõem o vetor W. Tais definições podem ser vistas no Quadro 1 e foram motivadas pela literatura e pela disponibilidade de informações da pesquisa⁷.

O Quadro 3 apresenta a lista de indicadores e seus respectivos pesos, utilizados em cada uma das dimensões. Acerca das dimensões e temas apresentados inicialmente no Quadro 1 e agregados no Quadro 3, cabe destacar um ponto. A classificação inicial do Quadro 1 serviu bem aos propósitos das duas divulgações anteriores do perfil de despesas cujos enfoques foram nos painéis de indicadores, apresentados separadamente para cada tema. Entretanto, o enfoque desta publicação recai sobre a análise conjunta dos atributos e variáveis. Tal mudança de enfoque demanda e a agregação de temas conceitualmente relacionados. Para os cálculos do IPQV os temas da ali-

⁷ Ver Nussbaum e Sen (1993), Barros, Carvalho e Franco (2003), Alkire (2005), Alkire e Santos (2010), Oliveira (2010), o documento *How's life? 2015: measuring well-being* (2015), Athias e Oliveira (2016), Fleurbaey (2016), Villatoro (2017), a publicação *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil* (2018), Adler e D'Ambrosio (2018), o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP) (HUMAN..., 2019), Maia e outros (2020), o documento *Approches to measuring social exclusion* (2021) e os vários índices listados no site da Multidimensional Poverty Peer Network: <<https://mppn.org/applications/national-measures/>>.

mentação e saúde são agregados em uma única dimensão, seguindo outros índices multidimensionais existentes na literatura, como, por exemplo, o índice de pobreza multidimensional do PNUD (HUMAN..., 2019). A ideia é que as privações de alimentação refletem na saúde das pessoas, sendo esperado que uma pessoa ou família em insegurança alimentar grave tenha perdas na qualidade de vida no que se refere a sua saúde. Os outros temas que foram agregados são transporte e lazer⁸. Tal agregação se justifica pelo uso do tempo e pela necessidade de balancear ou equilibrar as atividades do dia a dia. Tanto o tempo gasto no deslocamento para o trabalho quanto na própria jornada de trabalho afetam a disponibilidade dos membros da família para realizar outras tarefas diárias e para o lazer⁹.

Sobre os pesos, listados no Quadro 3, cabe destacar dois fatos. Primeiro: os pesos finais variam segundo o número de dimensões e o número de indicadores e os subgrupos de indicadores dentro de cada dimensão. Segundo: a soma dos pesos finais em cada dimensão é a mesma (1/6). Dessa forma, todas as dimensões têm a mesma importância em termos de pesos (W), mesmo que o número de indicadores dentro delas seja distinto.

Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem

Os demais aspectos referentes à coleta da POF 2017-2018 e às etapas de tratamentos das informações de quantidades, despesas e rendimentos, tais como: crítica de entrada de dados, tratamento do efeito inflacionário, crítica de valores de despesas e rendimentos, alocação das despesas agregadas, tratamento da não resposta de valores e anualização dos valores e aspectos de amostragem, encontram-se descritos com detalhes na publicação *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*, divulgada em 2019.

⁸ A POF não dispõe de indicadores não monetários para o tema viagens à lazer, sendo assim, para o computo do IPQV, apenas lazer foi utilizado.

⁹ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD), por exemplo, trabalha com um conceito semelhante de *work and life balance* (HOW'S..., 2015).

**Quadro 3 - Composição do índice de perda de qualidade de vida - IPQV:
indicadores por dimensão, variáveis e pesos**

Dimensões	Variáveis binárias de perda da qualidade de vida (0 ou 1, com 1 sendo privação)	Peso de um subgrupo da dimensão	Peso dentro da dimensão	Peso da dimensão	Peso final
Moradia	Sem "Banheiro exclusivo ao domicílio"	1	1/12	1/6	1/72
	O piso diferente de "Cerâmica, lajota ou pedra ou madeira apropriada"	1	1/12	1/6	1/72
	Telhado diferente de "Telha com laje ou madeira apropriada"	1/2	1/12	1/6	1/144
	Telhado de "Zinco, alumínio, chapa metálica ou outro material"	1/2	1/12	1/6	1/144
	Parede diferente de "Com revestimento ou madeira apropriada"	1	1/12	1/6	1/72
	Densidade domiciliar excessiva	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem pouco espaço	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem telhado com goteiras	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem parede, chão ou fundação úmidos	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem mosquitos, insetos, ratos etc.	1	1/12	1/6	1/72
	Tem problemas ambientais causados pelo trânsito e indústria	1	1/12	1/6	1/72
	Localizado próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos	1	1/12	1/6	1/72
	Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento ou inundação	1	1/12	1/6	1/72
	Violência ou vandalismo na área de residência	1	1/12	1/6	1/72
Avaliação da moradia "Ruim"	1	1/12	1/6	1/72	
Serviços de utilidade pública	Energia elétrica diferente de "Rede geral com frequência diariamente, em tempo integral"	1	1/8	1/6	1/48
	Rurbano: água diferente de "Rede geral com frequência diariamente"; Rural: água diferente de "Rede geral com frequência diariamente" e a avaliação da água diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Escoadouro do esgoto diferente de "Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede"	1	1/8	1/6	1/48
	O lixo não é coletado (outras formas)	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do fornecimento de água diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do fornecimento de eletricidade diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do escoamento sanitário diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
Alimentação e saúde	Avaliação da coleta de lixo diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Restrição de medicamentos	1	1/5	1/6	1/30
	Restrição de serviços de saúde	1	1/5	1/6	1/30
	Avaliação da saúde Ruim	1	1/5	1/6	1/30
	Insegurança leve ou moderada ou grave	1/3	1/5	1/6	1/90
	Insegurança moderada ou grave	1/3	1/5	1/6	1/90
	Insegurança grave	1/3	1/5	1/6	1/90
Educação	Avalia a alimentação como "Ruim"	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de criança e adolescente de 6-17 anos fora da escola.	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 15 anos ou mais analfabetas	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 16 anos ou mais sem fundamental completo	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 18 ou mais sem médio completo	1/2	1/5	1/6	1/60
	Presença na família de pessoa com 18 - 29 sem médio completo	1/2	1/5	1/6	1/60
Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	Avaliação da educação Ruim	1	1/5	1/6	1/30
	Não tem conta em banco (nem conta corrente nem poupança)	1	1/4	1/6	1/24
	Não tem fogão ou geladeira	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem máquina de lavar roupa	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem nem micro-ondas nem máquina de lavar pratos	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem TV (LED, plasma ou LCD)	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem nem computador nem tablet.	1/5	1/4	1/6	1/120
	Água, luz ou gás atrasados	1/2	1/4	1/6	1/48
	Prestação de bens ou serviços atrasados	1/2	1/4	1/6	1/48
	Tem "Dificuldade ou muita dificuldade" para passar o mês	1/2	1/4	1/6	1/48
Tem "Muita dificuldade" para passar o mês	1/2	1/4	1/6	1/48	
Lazer e transporte	Algum membro da família gasta 1 hora ou mais no trânsito; vale zero caso contrário.	1/2	1/2	1/6	1/24
	Avaliação do transporte diferente de "Bom ou Satisfatório"	1/2	1/2	1/6	1/24
	Tem uma ou mais pessoas que trabalham mais de 50hs e a avaliação do lazer é "ruim"	1/2	1/2	1/6	1/24
	Avalia o lazer como "Ruim"	1/2	1/2	1/6	1/24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Comentários dos resultados

Os comentários que seguem tomam como base seis tabelas que apresentam os resultados obtidos para dois índices utilizados neste estudo para inferir sobre a qualidade de vida das famílias, mais especificamente o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e o índice de desempenho socioeconômico (IDS).

Índice de perda de qualidade de vida (IPQV)

Conforme já explicitado na seção **Notas técnicas**, a construção do IPQV exige a definição antecipada de um conjunto de variáveis que deve ser definida a partir de características das famílias, sendo estas, de certo, importantes para a avaliação do padrão de vida. Sendo assim, como apresentado no Quadro 3 desta publicação, características como não ter banheiro exclusivo para o domicílio, domicílio com pouco espaço ou ainda a avaliação do padrão de vida da família em relação ao lazer ser ruim, são exemplos de variáveis utilizadas para a composição do número de perdas agregadas percebidas por cada pessoa moradora, em função da distribuição das respostas dadas pelas famílias às diferentes variáveis consideradas. Importante pontuar que nesta publicação, para a construção dos indicadores, somente foram selecionadas variáveis qualitativas para a composição da matriz de variáveis que será utilizada para contagem das perdas agregadas de cada pessoa da família.

Tabela 1 - Proporção de pessoas das famílias residentes, média da contagem ponderada dos atributos, índice de perda de qualidade de vida - IPQV e contribuições para o IPQV do Brasil, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção da população	Média da contagem ponderada dos atributos	Índice de perda de qualidade de vida - IPQV	Contribuição para o IPQV do Brasil	Contribuição para o IPQV do Brasil (%)
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	1,000	0,232	0,158	0,158	100,0
Urbano	0,853	0,212	0,143	0,122	77,1
Rural	0,147	0,345	0,246	0,036	22,9
Grandes Regiões					
Norte	0,086	0,318	0,225	0,019	12,2
Nordeste	0,273	0,297	0,209	0,057	35,9
Sudeste	0,422	0,190	0,127	0,054	33,8
Sul	0,143	0,175	0,115	0,016	10,4
Centro-Oeste	0,077	0,234	0,159	0,012	7,7
Pessoa de referência					
Composição demográfica					
Até 24 anos	0,031	0,246	0,169	0,005	3,3
25 a 49 anos	0,525	0,231	0,158	0,083	52,5
50 a 64 anos	0,289	0,231	0,159	0,046	28,9
65 anos ou mais	0,155	0,229	0,156	0,024	15,3
Cor ou raça					
Branços	0,414	0,185	0,123	0,051	32,2
Pretos e pardos	0,572	0,266	0,185	0,105	66,6
Sexo					
Homem	0,597	0,222	0,151	0,090	57,0
Mulher	0,403	0,246	0,169	0,068	43,0
Nível de instrução					
Sem instrução	0,070	0,356	0,255	0,018	11,3
Ensino fundamental incompleto	0,368	0,287	0,199	0,073	46,3
Ensino fundamental completo	0,088	0,229	0,155	0,014	8,6
Ensino médio incompleto	0,050	0,238	0,162	0,008	5,1
Ensino médio completo	0,253	0,187	0,124	0,031	19,8
Ensino superior incompleto	0,033	0,162	0,107	0,004	2,2
Ensino superior completo	0,137	0,118	0,076	0,010	6,5
Ocupação e formalização					
Empregado doméstico	0,055	0,291	0,203	0,011	7,0
Empregado com carteira	0,234	0,192	0,128	0,030	18,9
Empregado sem carteira	0,078	0,267	0,185	0,015	9,2
Militar e empregado do setor público	0,091	0,174	0,115	0,010	6,6
Conta própria	0,222	0,257	0,178	0,040	24,9
Empregador	0,035	0,142	0,093	0,003	2,0
Fora da força de trabalho e outros casos	0,284	0,253	0,174	0,050	31,3
Composição da família					
Um adulto sem criança	0,031	0,201	0,136	0,004	2,6
Um adulto com ao menos uma criança	0,024	0,242	0,166	0,004	2,6
Mais de um adulto sem criança	0,277	0,209	0,142	0,039	24,8
Mais de um adulto com ao menos uma criança	0,454	0,246	0,170	0,077	48,7
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,044	0,199	0,133	0,006	3,7
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	0,170	0,241	0,165	0,028	17,7
Décimos de rendimento					
1º	0,100	0,361	0,260	0,026	16,4
2º	0,100	0,321	0,226	0,023	14,3
3º	0,100	0,286	0,199	0,020	12,5
4º	0,100	0,264	0,181	0,018	11,4
5º	0,100	0,241	0,164	0,016	10,3
6º	0,100	0,220	0,148	0,015	9,4
7º	0,100	0,199	0,132	0,013	8,3
8º	0,100	0,176	0,116	0,012	7,3
9º	0,100	0,148	0,096	0,010	6,1
10º	0,100	0,099	0,063	0,006	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Como podemos ver na Tabela 1, no Brasil o IPQV foi de 0,158. Considerando os estratos geográficos, na área urbana esse valor foi de 0,143 enquanto a área rural foi de 0,246, ou seja, cerca de 1,7 vezes o urbano e 1,5 vezes maior que o valor para o Brasil. Entretanto, os estratos contribuíram proporcionalmente de maneira diferente para o valor Brasil, sendo que a área urbana contribuiu com 77,1% para o valor e a rural com cerca de 23%. É importante notar, que na área rural viviam cerca de 15% da população e que essa parcela da população contribuiu com quase um quarto do valor do IPQV Brasil. Outro destaque, quando se considera as diferenças geográficas, é que, em se tratando das Grandes Regiões, Sul (0,115) e Sudeste (0,127) apresentaram um IPQV menor que o nacional, enquanto Norte (0,225) e Nordeste (0,209) apresentaram os maiores resultados para este índice. Quando levamos em consideração a contribuição percentual para o valor Brasil, a Região Nordeste (35,9%) contribuiu proporcionalmente mais que a Região Sudeste (33,8%) mesmo tendo uma população 35% menor.

No que se refere a composição demográfica e levando em conta a divisão da população pela idade da pessoa de referência, apenas o subgrupo de pessoas formado pelas famílias cuja pessoa de referência está na faixa de até 24 anos apresentou um IPQV (0,169) com valor notadamente maior que o valor para o Brasil. Importante ressaltar, no entanto, que esse subgrupo corresponde a um percentual pequeno da população (cerca de 3%).

Considerando o subgrupo da população pelo sexo da pessoa de referência a parcela formada pelas famílias que declararam que a pessoa de referência era homem apresentaram um IPQV de 0,151 enquanto a formada por pessoa de referência mulher foi de 0,169, ou seja, maior que o valor Brasil. Já se levarmos em conta a parcelas da população em famílias por cor ou raça da pessoa de referência, no subgrupo da população que se encontravam nos domicílios em que a pessoa de referência se declarou branca o valor do IPQV foi de 0,123, notadamente menor que o valor Brasil, enquanto a parcela referente as famílias com pessoas de referência que se declararam pretos ou pardos foi de 0,185, 17,0% maior. É importante ainda destacar que o subgrupo da população que se encontravam nos domicílios em que a pessoa de referência se declarou pretos ou pardos contribuíram com 66,7% para o IPQV.

Os valores do IPQV para os subgrupos da população definidos segundo o nível de instrução da pessoa de referência, com exceção do subgrupo formado pelas famílias cuja pessoa de referência tinha ensino médio incompleto (0,162) que foi maior que o formado por pessoa de referência com o fundamental completo (0,155), apresentaram valores progressivamente menores quanto maior era o nível de escolaridade informado evidenciando que, não deixando de considerar que o índice é multidimensional, quanto menor a escolaridade da pessoa de referência maior a perda de qualidade de vida. No subgrupo formado por pessoas que viviam em famílias nas quais a pessoa de referência era sem instrução o IPQV foi de 0,255, ou seja, 1,6 vezes maior que o valor Brasil ao passo que, no subgrupo formado quando a pessoa de referência informou possuir nível superior completo, o índice foi de 0,076, quase a metade do valor Brasil.

Na Tabela 1 também temos o IPQV pelos supergrupos formados considerando a posição na ocupação e formalização. Levando-se em conta este condicionante, podemos observar que aqueles em que a pessoa de referência era empregado doméstico apresentou um índice (0,203) superior ao nacional enquanto o formado pela pessoa de

referência empregador apresentou o menor índice (0,093). Também podemos destacar os subgrupos empregado sem carteira (IPQV de 0,185) e conta própria (IP de 0,178) com valores notavelmente superiores ao valor para o Brasil.

No caso dos subgrupos da população definidos por diferentes arranjos familiares, a parcela da população composta pelas famílias formadas por mais de um adulto com ao menos uma criança, um subgrupo bastante numeroso por representar quase a metade da população (aproximadamente 45%), apresentou um IPQV de 0,170, o maior entre esse tipo de condicionante para a formação dos subgrupos da população. Os subgrupos formados por um adulto com ao menos uma criança (IPQV de 0,166) e um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças (IPQV de 0,165) também apresentaram valores maiores que o nacional.

Como esperado, ao considerarmos os subgrupos formados pelos décimos de rendimento os valores do índice - sempre lembrando que quanto maior o valor, maiores são as perdas individuais que resultam na diminuição da qualidade de vida - vão diminuindo à medida que vamos passando para os décimos superiores. Mesmo assim, não deixa de ser particularmente notável a grande diferença entre os extremos dessa estratificação. Enquanto no subgrupo formado pelo primeiro décimo de rendimento o IPQV foi de 0,260, o maior entre todos os subgrupos formados pelos condicionantes apresentados na Tabela 1, o IPQV do último décimo foi de 0,063, o menor dos índices apresentados. Fazendo uma razão entre eles, podemos observar que o IPQV do décimo mais baixo de renda é mais de quatro vezes maior que o do décimo superior.

A Tabela 2 que segue, apresenta para o Brasil e para os condicionantes de interesse neste estudo do perfil de despesas, a decomposição do IPQV forma aditiva, ou seja, apresentando o quanto de sua composição é atribuída à contagem média das privações (C) e o quanto é atribuído aos desvios observados para cada elemento da população em relação à contagem média.

Nestes tipos de resultados, procura-se observar a existência ou não de desigualdades na distribuição dos valores das perdas de qualidade de vida individuais, tomadas a partir das características consideradas para a composição do IPQV. Sendo assim, a tabela sugere que os desvios de grande magnitude são menos frequentes, manifestando, portanto, pouca desigualdade nas contagens das perdas individuais. Em contrapartida, o que se observou foi que quase a totalidade do índice é dado pela média das contagens ponderadas das perdas, segundo cada dimensão considerada na composição do índice. Os percentuais de contribuição do valor médio das privações para o IPQV ficaram em torno de 96%, considerando o Brasil e os subgrupos dos condicionantes. No caso das contribuições com origem nas desigualdades, as participações percentuais em relação ao IPQV não passaram de 5%, independente do condicionante que se desejasse estudar.

Mais detalhes sobre a distribuição das perdas individuais que geram o IPQV são encontrados nas Tabelas 3 e 4. A Tabela 3 mostra o percentual de pessoas no Brasil e a contribuição dos subgrupos segundo os valores das perdas individuais. A função de perda V_i varia de zero até um, onde 0 indica que não há perdas na qualidade de vida para a pessoa i e 1 indica a maior perda possível. Os intervalos de perdas individuais foram construídos da seguinte forma: até 0,05; Mais de 0,05 a 0,10, Mais de 0,10 a 0,20, Mais de 0,20 a 0,30 e Mais de 0,30 a 1,00.

Tabela 2 - Índice de perda de qualidade de vida - IPQV e contribuições da média e dos desvios em relação à média para o valor do IPQV, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Índice de perda de qualidade de vida - IPQV	Contribuição da média para o valor do IPQV	Contribuição dos desvios para o valor do IPQV	Contribuição percentual da média (%)	Contribuição percentual dos desvios (%)
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	0,158	0,152	0,007	95,7	4,3
Urbano	0,143	0,137	0,006	95,9	4,1
Rural	0,246	0,239	0,007	97,3	2,7
Grandes Regiões					
Norte	0,225	0,218	0,007	96,9	3,1
Nordeste	0,209	0,202	0,007	96,6	3,4
Sudeste	0,127	0,122	0,005	96,0	4,0
Sul	0,115	0,111	0,004	96,4	3,6
Centro-Oeste	0,159	0,154	0,005	96,6	3,4
Pessoa de referência					
Composição demográfica					
Até 24 anos	0,169	0,162	0,006	96,2	3,8
25 a 49 anos	0,158	0,152	0,007	95,6	4,4
50 a 64 anos	0,159	0,151	0,007	95,6	4,4
65 anos ou mais	0,156	0,150	0,006	96,0	4,0
Cor ou raça					
Branços	0,123	0,118	0,005	95,7	4,3
Pretos e pardos	0,185	0,178	0,007	96,3	3,7
Sexo					
Homem	0,151	0,145	0,007	95,6	4,4
Mulher	0,169	0,162	0,007	95,9	4,1
Nível de instrução					
Sem instrução	0,255	0,249	0,006	97,5	2,5
Ensino fundamental incompleto	0,199	0,193	0,006	97,0	3,0
Ensino fundamental completo	0,155	0,150	0,005	96,5	3,5
Ensino médio incompleto	0,162	0,157	0,005	96,9	3,1
Ensino médio completo	0,124	0,119	0,005	96,2	3,8
Ensino superior incompleto	0,107	0,102	0,004	96,0	4,0
Ensino superior completo	0,076	0,073	0,003	96,2	3,8
Ocupação e formalização					
Empregado doméstico	0,203	0,196	0,006	96,9	3,1
Empregado com carteira	0,128	0,123	0,005	96,3	3,7
Empregado sem carteira	0,185	0,178	0,007	96,0	4,0
Militar e empregado do setor público	0,115	0,111	0,005	95,8	4,2
Conta própria	0,178	0,171	0,007	95,9	4,1
Empregador	0,093	0,089	0,004	95,6	4,4
Fora da força de trabalho e outros casos	0,174	0,167	0,007	95,9	4,1
Composição da família					
Um adulto sem criança	0,136	0,130	0,006	95,5	4,5
Um adulto com ao menos uma criança	0,166	0,159	0,007	95,9	4,1
Mais de um adulto sem criança	0,142	0,135	0,006	95,5	4,5
Mais de um adulto com ao menos uma criança	0,170	0,163	0,007	95,7	4,3
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,133	0,128	0,005	96,0	4,0
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	0,165	0,159	0,006	96,2	3,8
Décimos de rendimento					
1º	0,260	0,253	0,007	97,2	2,8
2º	0,226	0,220	0,006	97,3	2,7
3º	0,199	0,193	0,006	97,1	2,9
4º	0,181	0,176	0,005	97,1	2,9
5º	0,164	0,159	0,005	97,0	3,0
6º	0,148	0,144	0,005	96,8	3,2
7º	0,132	0,128	0,004	96,9	3,1
8º	0,116	0,112	0,004	96,7	3,3
9º	0,096	0,093	0,003	96,6	3,4
10º	0,063	0,061	0,002	96,9	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tabela 3 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por classes de valores das perdas individuais, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes por classes de valores das perdas individuais (%)				
	Até 0,05	Mais de 0,05 a 0,10	Mais de 0,10 a 0,20	Mais de 0,20 a 0,30	Mais de 0,30 a 1,00
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	13,7	20,3	35,7	20,1	10,3
Urbano	13,5	19,5	31,2	14,9	6,1
Rural	0,2	0,7	4,5	5,1	4,2
Grandes Regiões					
Norte	0,2	0,9	2,8	2,7	2,0
Nordeste	1,3	3,1	9,4	8,1	5,3
Sudeste	8,4	10,7	15,1	6,0	2,0
Sul	3,0	4,1	5,2	1,6	0,4
Centro-Oeste	0,7	1,5	3,2	1,6	0,6
Pessoa de referência					
Composição demográfica					
Até 24 anos	0,3	0,6	1,2	0,7	0,3
25 a 49 anos	7,4	10,4	18,7	10,4	5,5
50 a 64 anos	4,0	6,0	10,1	5,7	3,1
65 anos ou mais	2,0	3,2	5,6	3,3	1,4
Cor ou raça					
Branços	9,0	10,9	14,1	5,3	2,1
Pretos e pardos	4,3	9,1	21,1	14,5	8,1
Sexo					
Homem	9,3	12,8	21,2	11,0	5,5
Mulher	4,4	7,5	14,5	9,1	4,7
Nível de instrução					
Sem instrução	0,0	0,3	2,0	2,5	2,2
Ensino fundamental incompleto	0,9	5,0	14,6	10,6	5,7
Ensino fundamental completo	0,9	2,0	3,5	1,7	0,7
Ensino médio incompleto	0,3	1,0	2,2	1,1	0,4
Ensino médio completo	5,0	6,7	9,4	3,2	1,1
Ensino superior incompleto	0,9	1,0	1,0	0,3	0,1
Ensino superior completo	5,8	4,2	3,0	0,6	0,1
Ocupação e formalização					
Empregado doméstico	0,2	0,7	2,1	1,5	1,0
Empregado com carteira	4,3	6,0	8,7	3,5	1,0
Empregado sem carteira	0,6	1,3	2,9	1,9	1,2
Militar e empregado do setor público	2,2	2,5	3,0	1,0	0,4
Conta própria	2,2	3,8	8,0	5,2	3,0
Empregador	1,3	1,0	0,9	0,2	0,1
Fora da força de trabalho e outros casos	2,9	5,1	10,0	6,7	3,7
Composição da família					
Um adulto sem criança	0,6	0,7	1,1	0,5	0,2
Um adulto com ao menos uma criança	0,3	0,4	0,9	0,5	0,3
Mais de um adulto sem criança	5,0	6,3	9,5	4,7	2,2
Mais de um adulto com ao menos uma criança	5,3	8,4	16,2	9,8	5,7
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,8	1,1	1,5	0,8	0,2
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	1,7	3,4	6,5	3,7	1,7
Décimos de rendimento					
1º	0,1	0,5	2,6	3,4	3,4
2º	0,2	0,7	3,5	3,4	2,2
3º	0,3	1,3	4,0	3,0	1,5
4º	0,4	1,6	4,2	2,7	1,1
5º	0,8	1,8	4,4	2,3	0,8
6º	1,0	2,3	4,3	1,9	0,5
7º	1,4	2,5	4,3	1,4	0,3
8º	1,8	3,0	3,8	1,1	0,3
9º	2,8	3,3	3,0	0,7	0,1
10º	4,9	3,3	1,6	0,2	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A primeira categoria mostra o índice de perda de até 0,05, ou seja, intervalo de menor perda individual. No Brasil, 13,7% estavam nesta categoria, aproximadamente 28 milhões de pessoas (Anexo 1). Deste percentual, 13,5 pontos percentuais (p.p.) eram de pessoas moradoras das áreas urbanas, equivalente a 98% do total de pessoas desta categoria, e 0,2 p.p. eram da área rural. Entre as Grandes Regiões, a maior contribuição veio da Sudeste, 8,4 p.p. (contribuição de 61,5% do total da categoria) e a menor contribuição veio da Norte, 0,2 p.p. (contribuindo em 1,3% do total da categoria). Sob a ótica das características da pessoa de referência diferentes subgrupos são formados. As famílias em que a pessoa de referência é branca contribuem com 9,0 p.p. o que representa 65,9% do total da classe com as menores perdas (de 0 até 0,05). Já quando a pessoa de referência homem, a contribuição foi de 9,3 p.p. ou 67,6% do total da classe. De acordo com a posição da renda *per capita* da família, a maior contribuição ocorreu no último décimo de renda, que equivale a 35,8% do total da classe.

No intervalo do índice entre 0,10 a 0,20, mostra o maior grupo de concentração populacional. Do total da população, 35,7% se estavam nesta categoria, que representa cerca de 74 milhões. Deste número, 88% era morador da região urbana e 12% da rural. Regionalmente, a maior contribuição populacional foi da Região Sudeste, com praticamente 42%, (equivalente a 15,1 de 35,7 do total).

Dos 35,7%, 21,1 eram de pessoas de famílias com pessoa preta ou parda, que representa 59,2% do total de pessoas nesta faixa. Também se percebe uma maior concentração quando a pessoa de referência tinha até o fundamental incompleto, pois representava 46,5% do total.

A última categoria detinha os intervalos de maiores perdas, acima de 0,30. No Brasil, 10,3% da população encontra-se nesta categoria. Regionalmente, a que mais contribuiu foi a Nordeste, 51,8% dos 10,3%. De acordo com algumas características, as concentrações ficaram da seguinte forma: cerca de 79% deste grupo estavam concentrados em pessoas de famílias de pessoa de referência de cor preta ou parda, 77% com nível de instrução até fundamental incompleto e 80% pertenciam aos 40% dos menores rendimentos.

Assim como a Tabela 3, na Tabela 4 são apresentadas as frequências de pessoas de acordo com o intervalo de distribuição das perdas individuais. Da mesma forma, a função de perda V_i varia de 0 até 1, onde 0 indica que não há perdas na qualidade de vida para a pessoa i e 1 indica a maior perda possível. No entanto, a Tabela 4 demonstra uma forma de apresentar alternativa de se observar estas frequências, considerando o percentual de pessoas na função de perda individual para cada subgrupo. Nesta forma de apresentação, cada subgrupo (linha) representa 100% e a distribuição das perdas individuais em cada intervalo é dada em relação ao total do seu respectivo subgrupo.

Neste contexto, a área urbana foram 15,7% e na rural, 1,2%. Por recortes regionais, a Região Sul apresentou o maior percentual de pessoas, 21,3%, enquanto a Norte a menor, 2,1%. Também neste primeiro intervalo, observa-se diferenças no percentual de pessoas de acordo com características da pessoa de referência, em famílias cuja pessoa de referência é de cor branca foi de 21,8% e a de cor preta ou parda, 7,5%.

Quanto ao sexo da pessoa de referência, quando era o homem a pessoa de referência, o percentual foi de 15,5% e quando mulher, 11,0%. Outro aspecto

que se pode ressaltar é o nível de instrução da pessoa de referência. Quando a pessoa era sem instrução, o percentual foi de 0,2% enquanto quando a pessoa de referência tinha nível superior completo, 42,4%. Também se observou que quanto menor o nível de renda da família, menor a proporção de pessoas que pertenciam ao primeiro intervalo de perda de qualidade de vida, visto que dos que estavam no primeiro décimo de renda *per capita*, 1,2% estavam nesta faixa enquanto no último décimo, 49,1%.

O intervalo que variava entre 0,10 a 0,20, apresentou a maior concentração populacional, 35,7%, o que equivale a 74 milhões de pessoas. Nesta categoria, pode-se observar que em cada subgrupo, os percentuais se aproximam da média Brasil. Todavia, chama atenção o aumento da concentração da população rural a partir desta faixa, para 30,5%. Outro ponto a se enfatizar foi o aumento de proporção de pessoas nos grupos classificados por cor e sexo da pessoa de referência, se comparados com os intervalos de perdas anteriores. Em famílias com pessoa de referência preta ou parda, a proporção foi para 37,0% e quando a pessoa de referência era mulher, 36,0%.

O último intervalo apresenta o V_i acima de 0,30, ou seja, intervalo de maiores perdas. No Brasil, 10,3% estavam nesta categoria. Na área rural, 28,5% e na urbana, 7,2%. Entre famílias com pessoas de referência preta ou parda, 14,2% contra 5,0% das de cor branca. De acordo com o grau de instrução da pessoa de referência, o percentual foi maior em famílias com pessoa de referência sem nenhuma instrução, 31,2% e o menor 1,0%, referentes a família com pessoa de referência com nível superior completo. Outro aspecto é a relação entre a renda e a privação. No primeiro décimo, 33,8% estavam nesta faixa enquanto o último décimo detinha 0,3%.

No Brasil 89,7% da população concentrou-se nos intervalos de perdas individuais abaixo de 0,30. De forma análoga, na área urbana, 92,8% e na rural, 71,5%. Em relação a cor da pessoa de referência, as famílias em que a pessoa de referência é de cor branca representaram 95,0%, enquanto as famílias com pessoa de referência de cor preta ou parda foram 85,8%. Outro ponto é sobre o nível de instrução da pessoa de referência em relação ao índice de perda, o subgrupo com pessoa de referência sem instrução abaixo da faixa de perda de 0,30, foi de 68,8% e o subgrupo onde a pessoa de referência com nível superior completo foi de 99,0%.

Em síntese, algumas características do grupo que possuía menor índice de perda foram: área urbana (15,9%); famílias com pessoa de referência: de cor branca (21,8%); homem (15,5%); com ensino superior completo (42,4%); e no último décimo de renda (49,1%). Os maiores valores foram registrados para os seguintes grupos: área rural (28,5%); famílias com pessoa de referência: de cor preta e parda (14,2%); mulher (11,8%); sem instrução (31,2%); da posição de ocupação empregado doméstico (17,7%); e no primeiro décimo de renda (33,8%).

As análises anteriores exploraram como uma “métrica comum”, representada pelo IPQV, contribui para identificar diferentes graus de perdas de qualidade de vida e comparar diferentes parcelas da população. O IPQV permitiu avaliar, por exemplo, em que medida as perdas de qualidade de vida do primeiro décimo de rendimento (RDFPC) superam as perdas do último décimo, ou superam o valor médio registrado para o Brasil, assim como a importância de cada décimo na determinação do próprio IPQV (Tabela 1).

Tabela 4 - Distribuição de pessoas das famílias residentes, por classes de valores das perdas individuais, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Percentual de pessoas no subgrupo segundo os valores das perdas individuais (%)					
	Total	Até 0,05	Mais de 0,05 a 0,10	Mais de 0,10 a 0,20	Mais de 0,20 a 0,30	Mais de 0,30 a 1,00
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	100,0	13,7	20,3	35,7	20,1	10,3
Urbano	100,0	15,9	22,9	36,6	17,5	7,2
Rural	100,0	1,2	5,0	30,5	34,9	28,5
Grandes Regiões						
Norte	100,0	2,1	10,3	33,2	31,3	23,2
Nordeste	100,0	4,8	11,3	34,5	29,8	19,6
Sudeste	100,0	20,0	25,2	35,8	14,2	4,8
Sul	100,0	21,3	28,7	36,0	11,3	2,7
Centro-Oeste	100,0	9,5	20,1	41,6	21,3	7,5
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	100,0	9,6	18,4	40,2	21,1	10,7
25 a 49 anos	100,0	14,1	19,9	35,7	19,8	10,5
50 a 64 anos	100,0	13,9	20,8	34,8	19,8	10,7
65 anos ou mais	100,0	12,7	20,8	36,4	21,3	8,8
Cor ou raça						
Branços	100,0	21,8	26,3	34,1	12,9	5,0
Pretos e pardos	100,0	7,5	16,0	37,0	25,3	14,2
Sexo						
Homem	100,0	15,5	21,4	35,5	18,4	9,3
Mulher	100,0	11,0	18,6	36,0	22,5	11,8
Nível de instrução						
Sem instrução	100,0	0,2	4,1	28,6	36,0	31,2
Ensino fundamental incompleto	100,0	2,3	13,7	39,7	28,8	15,5
Ensino fundamental completo	100,0	9,8	22,5	40,1	19,4	8,3
Ensino médio incompleto	100,0	6,7	20,7	44,0	21,6	7,1
Ensino médio completo	100,0	19,6	26,5	37,0	12,6	4,3
Ensino superior incompleto	100,0	26,5	29,8	30,7	10,4	2,7
Ensino superior completo	100,0	42,4	30,9	21,6	4,2	1,0
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	100,0	3,2	12,8	38,4	27,8	17,7
Empregado com carteira	100,0	18,5	25,5	37,1	14,8	4,1
Empregado sem carteira	100,0	8,2	16,0	36,9	23,7	15,2
Militar e empregado do setor público	100,0	23,8	27,8	33,5	11,0	3,9
Conta própria	100,0	9,8	17,0	36,0	23,6	13,6
Empregador	100,0	36,6	27,4	26,5	6,8	2,8
Fora da força de trabalho e outros casos	100,0	10,3	17,8	35,3	23,7	13,0
Composição da família						
Um adulto sem criança	100,0	20,1	22,5	34,9	15,7	6,8
Um adulto com ao menos uma criança	100,0	12,1	17,4	37,6	22,0	10,9
Mais de um adulto sem criança	100,0	18,0	22,8	34,4	16,9	7,8
Mais de um adulto com ao menos uma criança	100,0	11,8	18,5	35,6	21,7	12,5
Um ou mais idosos com ou sem crianças	100,0	18,1	24,4	35,2	17,5	4,9
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	100,0	9,7	19,8	38,2	22,0	10,3
Décimos de rendimento						
1º	100,0	1,2	4,8	26,4	33,9	33,8
2º	100,0	1,7	7,4	34,5	34,1	22,3
3º	100,0	2,7	13,2	39,5	29,6	15,0
4º	100,0	4,3	15,6	42,1	27,2	10,9
5º	100,0	8,0	17,6	44,2	22,5	7,6
6º	100,0	9,8	22,7	42,8	19,2	5,5
7º	100,0	13,8	25,0	43,2	14,5	3,5
8º	100,0	18,4	30,1	38,1	10,7	2,6
9º	100,0	27,9	33,3	30,5	6,9	1,4
10º	100,0	49,1	32,7	15,8	2,1	0,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Além dos usos explorados anteriormente, a adoção de uma “métrica comum”, como o IPQV, permite avaliar a importância de cada dimensão para as perdas da qualidade de vida. No caso, tal avaliação foi feita da seguinte forma. Para cada dimensão de interesse, calculamos os valores das contagens ponderadas de cada pessoa (Ci) e do IPQV que seriam observados caso não houvesse perdas na dimensão, tudo mais constante. Depois, os valores obtidos para o IPQV foram subtraídos do IPQV observado, gerando seis efeitos marginais, sendo um para cada dimensão. Por exemplo, o efeito marginal da educação foi dado pela diferença entre o IPQV observado e aquele que se observaria caso não houvesse perdas na dimensão na educação, tudo mais constante¹⁰.

Os efeitos marginais de cada dimensão para o IPQV são reportados na Tabela 5, assim como os seus componentes. Dois fatos desta tabela chamam atenção. Em primeiro lugar, os efeitos marginais registrados foram menores ou igual a 0,035. Isso significa que os efeitos marginais são pequenos em relação ao IPQV (0,158). O que só é possível em um contexto em que diferentes pessoas sofrem com perdas e privações em mais de uma dimensão ao mesmo tempo.

Tabela 5 - Média da contagem ponderada dos atributos, índice de perda de qualidade de vida - IPQV, efeito marginal e contribuição para a soma dos efeitos marginais, segundo as dimensões selecionadas - Brasil - período 2017-2018

Dimensões selecionadas	Média da contagem ponderada dos atributos excluindo a dimensão	IPQV excluindo a dimensão	Efeito marginal (1)	Contribuição para a soma dos efeitos marginais (%)
Moradia	0,194	0,130	0,029	16,1
Serviços de utilidade pública	0,199	0,133	0,025	14,1
Saúde e alimentação	0,200	0,133	0,025	14,0
Educação	0,187	0,124	0,034	19,1
Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	0,187	0,124	0,035	19,5
Transporte e lazer	0,191	0,128	0,031	17,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

(1) O efeito marginal da dimensão é dado pela diferença entre o o valor do IPQV e o IPQV recalculado com a exclusão da dimensão.

Em segundo lugar, a última coluna da Tabela 5 lista as contribuições de cada dimensão para a soma dos efeitos marginais, cujos valores variaram relativamente pouco, sendo próximos do que seria observado caso as seis dimensões tivessem exatamente a mesma importância (16,7%) para o IPQV. Mas especificamente, as maiores contribuições foram cerca de 19% em educação e acesso aos serviços financeiros e padrão de vida. As menores cerca de 14% em serviços de utilidade pública e saúde e alimentação. Isso significa que as perdas estão distribuídas pelas seis dimensões e nenhuma delas explica sozinha o valor do IPQV nem tem destaque muito maior do que as demais.

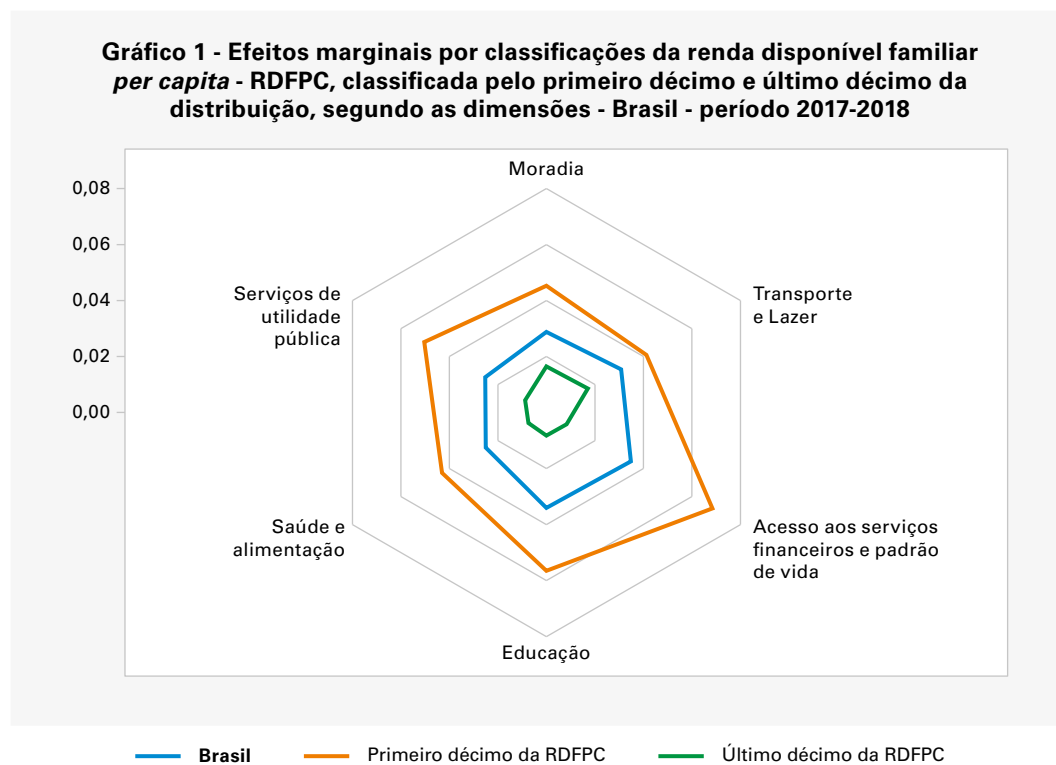
Nesse contexto multidimensional, análise semelhante pode ser feita para diferentes parcelas (ou subgrupos) da população. Para tanto, basta calcular os efeitos marginais das dimensões para o IPQV de cada subgrupo de interesse. Por exemplo, no Gráfico 1 estão representados os cálculos para o primeiro décimo de renda (RDFPC), último décimo e o Brasil como um todo.

¹⁰ Mais detalhes podem ser encontrados nas **Notas técnicas** esta publicação

Três fatos podem ser observados no Gráfico 1. Em primeiro lugar, os efeitos marginais no primeiro décimo são todos maiores do que os efeitos marginais no Brasil que, por sua vez, são todos maiores do que os efeitos marginais no último décimo. Tal resultado já era esperado em razão dos valores do IPQV no primeiro décimo (0,260) e no último décimo (0,063).

Outra questão a ser apontada é que a contribuição de cada dimensão para o IPQV pode variar de acordo com os subgrupos escolhidos. No caso, as dimensões acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e educação contribuíram mais para a determinação das perdas (IPQV) do primeiro décimo do que na determinação das perdas do último décimo. Já as dimensões transporte e lazer e moradia contribuíram mais para as perdas (IPQV) do último décimo.

E por último, em nenhum dos casos o IPQV é determinado por uma única dimensão. Isso significa que, mesmo considerando as especificidades de cada subgrupo, as perdas se deram em múltiplas dimensões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Índice de desempenho socioeconômico (IDS)

Após as análises de como a perda da qualidade de vida se comporta sobre algumas características das famílias e a contribuição de cada dimensão estudada para a composição do IPQV, é possível avaliar de que modo tais privações afetam o desenvolvimento de toda a sociedade. Para a mensuração desse impacto, foi utilizada como referência de desenvolvimento ou progresso socioeconômico a renda disponível familiar *per capita* média, assim como sua função logarítmica, para o Brasil e para todas as Unidades da Federação. Deste modo, além das disparidades de RDFPC entre as Unidades da Federação brasileiras que já são conhecidas, pode-se compreender como a perda de qualidade de vida da sociedade, representada aqui como o Brasil e os Estados, também afeta seu desenvolvimento.

Ao utilizar um índice (IPQV) com a mesma métrica em todos os Estados, é possível descontá-lo de uma medida de progresso econômico (RDFPC) e assim compará-los. Na Tabela 6 são apresentados os valores de cada item da função que compõe o IDS e seu resultado para o Brasil e para as Unidades da Federação. Sendo o parâmetro A representado pela RDFPC, o IDS (A, IPQV) é o resultado dos valores de A multiplicado pelo IPQV de cada Unidade da Federação. Já o valor do IDS do Brasil é calculado um pouco diferente, pois é feita uma ponderação pela proporção de pessoas residentes em cada Unidade da Federação (Anexo 1). Deste modo, tem-se que a perda de qualidade de vida no Brasil reduz o valor da sua medida de progresso socioeconômico (RDFPC) em 14,5% (R\$ 240, 02), resultando em um IDS de R\$1 410,77.

A partir da Tabela 6, pode-se comparar os resultados entre os Estados e o Distrito Federal por alguns parâmetros como pelos valores do IPQV, da RDFPC e do IDS. O Maranhão foi o Estado que apresentou o maior valor de IPQV, 0,260, o que significa que ele reúne a maior perda na qualidade de vida do Brasil. Como esta Unidade da Federação também foi a que registrou a menor RDFPC do Brasil, conseqüentemente, o valor do IDS também foi o menor, R\$ 555,30, representando uma redução de 26,0% em relação a RDFPC. O Estado que apresentou a menor perda de qualidade de vida foi o de Santa Catarina, com o IPQV de 0,100. Contudo, por ter uma renda inferior ao de outros Estados, sua posição avaliada pelo progresso econômico é a quarta maior com o valor de R\$ 1 765,16.

Uma forma interessante de analisar estes resultados é através da comparação entre as Unidades da Federação, tome-se como exemplo Pará e Alagoas. O Pará, embora tenha uma RDFPC superior ao de Alagoas e até mesmo de outros Estados como Piauí e Paraíba, teve o segundo maior IPQV do País, 0,244 o que resultou no segundo IDS mais baixo do País (R\$ 639,52), 24,4% abaixo de sua RDFPC. Já Alagoas, tem a segunda menor RDFPC do Brasil, mas a perda de qualidade de vida registrada está abaixo de outras cinco Unidades da Federação, o que fez que o valor do seu IDS fosse R\$ 654,89 (-21,8%) e acima do resultado do Pará.

Além do índice IDS (A, IPQV) que utiliza os valores da RDFPC, pode-se adotar uma segunda medida a partir do logaritmo neperiano (ln) da RDFPC. Ao transformar a RDFPC, a função logarítmica garante que um mesmo incremento na média terá um impacto maior em uma sociedade com menos renda, do que em uma sociedade com mais renda. Isto se deve as propriedades do ln que é uma função estritamente crescente e estritamente côncava. Dessa forma, os incrementos

na renda elevam o valor do IDS, porém a taxas cada vez menores (ou seja, sua contribuição marginal é positiva, mas decrescente). Na Tabela 6 estes valores são representados por IDS(B, IPQV).

A última coluna da Tabela 6 e o Gráfico 2 listam os valores do IDS quando o $B = \ln(\text{RDFPC})$ é adotado¹¹.

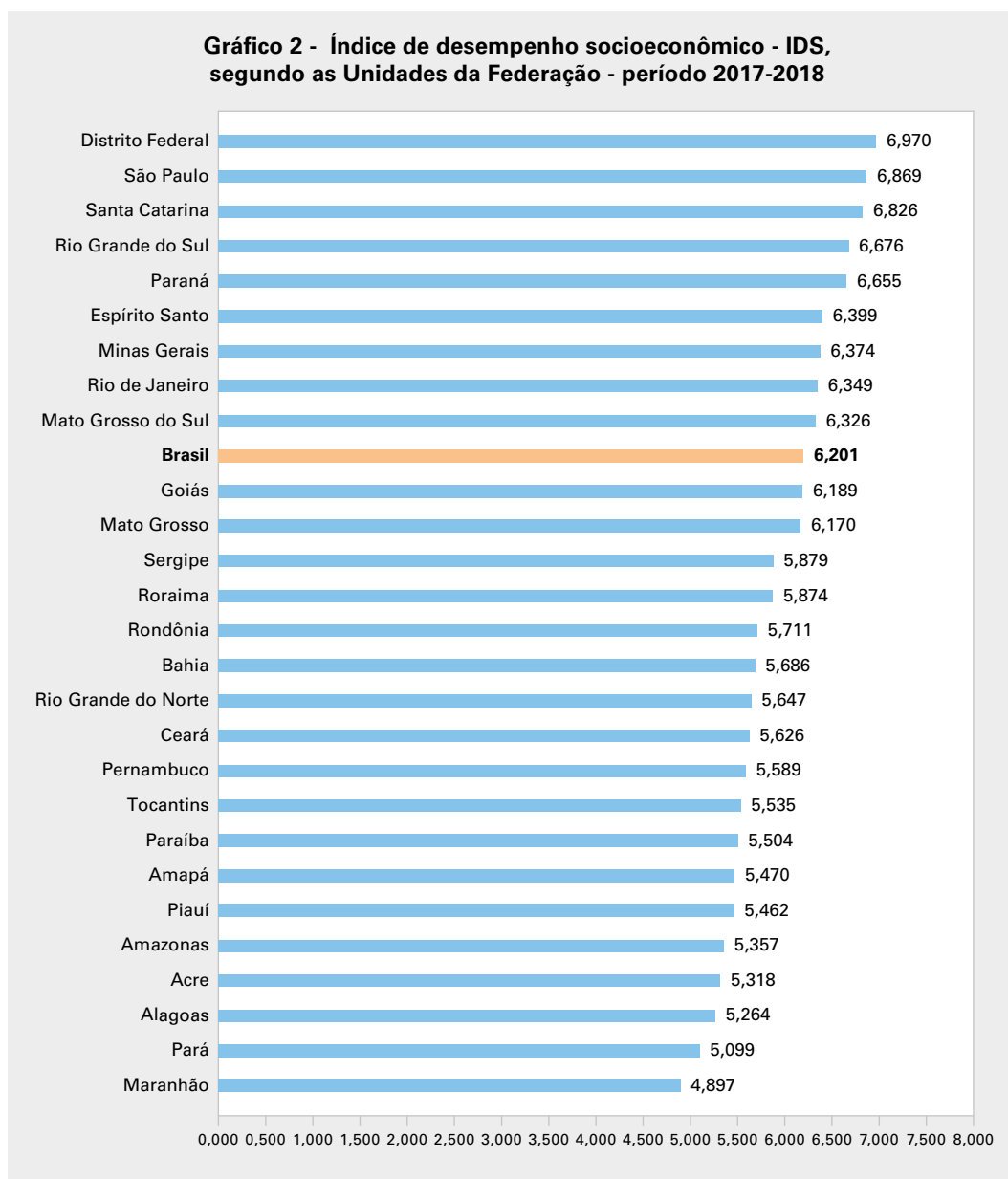
Tabela 6 - Índice de perda de qualidade de vida - IPQV e índice de desempenho socioeconômico - IDS, por tipo de transformação da renda disponível familiar per capita mensal - RDFPC, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018

Unidades da Federação	Índice de perda de qualidade de vida - IPQV	Índice de desempenho socioeconômico - IDS					
		Sem transformação da RDFPC			Com transformação logarítmica da RDFPC		
		A = Média da RDFPC (R\$)	A*IPQV (R\$) (1)	IDS(A, IPQV) (R\$) (2)	B = Ln da média da RDFPC (3)	B*IPQV	IDS(B, IPQV)
Brasil	0,158	1650,78	240,02	1410,77	7,351	1,150	6,201
Rondônia	0,194	1192,69	231,16	961,53	7,084	1,373	5,711
Acre	0,238	1077,73	256,86	820,87	6,983	1,664	5,318
Amazonas	0,216	928,64	200,71	727,94	6,834	1,477	5,357
Roraima	0,171	1191,56	203,38	988,18	7,083	1,209	5,874
Pará	0,244	845,38	205,86	639,52	6,740	1,641	5,099
Amapá	0,224	1147,56	256,57	890,99	7,045	1,575	5,470
Tocantins	0,188	910,89	171,04	739,86	6,814	1,280	5,535
Maranhão	0,260	750,90	195,60	555,30	6,621	1,725	4,897
Piauí	0,213	1033,08	220,07	813,01	6,940	1,478	5,462
Ceará	0,189	1026,97	193,74	833,23	6,934	1,308	5,626
Rio Grande do Norte	0,205	1212,85	248,31	964,54	7,101	1,454	5,647
Paraíba	0,208	1041,60	216,51	825,10	6,949	1,444	5,504
Pernambuco	0,206	1140,32	234,85	905,47	7,039	1,450	5,589
Alagoas	0,218	837,34	182,45	654,89	6,730	1,466	5,264
Sergipe	0,187	1375,49	256,56	1118,93	7,227	1,348	5,879
Bahia	0,200	1219,99	243,84	976,15	7,107	1,420	5,686
Minas Gerais	0,138	1626,30	224,34	1401,96	7,394	1,020	6,374
Espírito Santo	0,139	1694,03	236,09	1457,94	7,435	1,036	6,399
Rio de Janeiro	0,149	1744,28	260,48	1483,80	7,464	1,115	6,349
São Paulo	0,113	2302,16	259,50	2042,66	7,742	0,873	6,869
Paraná	0,113	1810,38	204,20	1606,19	7,501	0,846	6,655
Santa Catarina	0,100	1960,28	195,12	1765,16	7,581	0,755	6,826
Rio Grande do Sul	0,127	2102,01	267,67	1834,34	7,651	0,974	6,676
Mato Grosso do Sul	0,153	1751,43	267,78	1483,65	7,468	1,142	6,326
Mato Grosso	0,167	1648,84	275,50	1373,34	7,408	1,238	6,170
Goiás	0,166	1667,32	276,44	1390,88	7,419	1,230	6,189
Distrito Federal	0,139	3269,68	453,51	2816,16	8,092	1,122	6,970

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

(1) Para a linha Brasil o resultado é ponderado pela população de cada Unidade da Federação. (2) O IDS é dado pela diferença entre a média da renda disponível familiar per capita e o valor (A*IPQV). (3) Para a linha Brasil, o resultado é ponderado pela população de cada Unidade da Federação.

¹¹ Cabe ressaltar que o relatório do PNUD (HUMAN..., 2019), também utiliza o $\ln(\text{renda per capita})$ nos cálculos do IDH.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota : Resultados obtidos a partir da transformação logarítmica da renda disponível familiar *per capita* mensal.

O IDS do Brasil foi 6,201, este valor representa a média dos valores das Unidades da Federação, ponderadas pela proporção de suas respectivas populações. Para esta análise iremos utilizar o valor do Brasil como parâmetro para comparar os resultados das Unidades Federativas. Das 27 Unidades da Federação, apenas nove obtiveram resultado superior ao valor registrado para o Brasil. O Distrito Federal e São Paulo foram as que apresentaram os maiores valores do IDS, 6,970 e 6,869, respectivamente. Por conseguinte, 22 Estados registraram um IDS abaixo do valor da média do País. Todos os Estados da Região Nordeste e Norte estão neste grupo, sendo Sergipe o ranqueado mais elevado do Nordeste com IDS de 5,879 (5,2% abaixo do Brasil) e Roraima o com maior IDS da Região Norte, 5,874,

5,3% inferior a média brasileira. Os Estados do Maranhão e do Pará mesmo com a esta transformação na RDFPC, tiveram os menores resultados com valores do IDS iguais a 4,897 e 5,099, respectivamente.

O Gráfico 2 apresenta os valores do IDS de cada Unidade da Federação em ordem decrescente assim como o valor do IDS do Brasil. Certamente, a adoção do $\ln(\text{RDFPC})$ altera o ranqueamento das Unidades da Federação pois o IDS passa a dar menos importância para a renda. Por exemplo, segundo Gráfico 2, o IDS de Santa Catarina ultrapassa o IDS do Rio Grande do Sul, indicando maior progresso socioeconômico em Santa Catarina, apesar da menor renda. Outro exemplo de alteração no ranqueamento é Minas Gerais que subiu duas posições.

Referências

- AABERGE, R.; BRANDOLINI, A. Multidimensional poverty and inequality. *In: ATKINSON, A.; BOURGUIGNON, F. (ed.). Handbook of income distribution*, Amsterdam: Elsevier, 2015. v. 2, cap. 3, p. 141-216.
- ADLER, M. D.; FLEURBAEY, M. *The Oxford handbook of well-being and public policy*. New York: Oxford University Press, 2016. 984 p.
- ALKIRE, S. *Valuing freedoms: Sen's capability approach and poverty reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005, 318 p.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, Amsterdam, NL: Elsevier Science Publishers, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, Aug. 2011.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. *Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2010. 139 p. (OPHI working papers, n. 38)., Disponível em: <https://ophi.org.uk/acute-multidimensional-poverty-a-new-index-for-developing-countries/>. Acesso em: nov. 2021.
- ANAND, S.; SEN, A. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. *In: POVERTY and human development: human development papers 1997*. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 1997, p. 1–20.
- APPROACHES to measuring social exclusion. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe – Unece, 2021. 73 p. Apresentado na Conference of European Statisticians, realizada online, em 23-25 de junho de 2021. Disponível em: <https://unece.org/documents/2021/03/working-documents/approaches-measuring-social-exclusion>. Acesso em: nov. 2021.

ATHIAS, L.; OLIVEIRA, L. Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda. In: SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 110-157. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20438-panorama-nacional-e-internacional-da-producao-dos-indicadores-sociais.html?edicao=20439&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2021.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. D.; FRANCO, S. *Índice de desenvolvimento da família*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003. 19 p. (Texto para discussão, n. 986). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4568. Acesso em: nov. 2021.

BEM-ESTAR e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, 2018, 188 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: nov. 2021.

CHAKRAVARTY, S. *Analyzing multidimensional well-being: a quantitative approach*. Hoboken: Wiley, 2018, 319 p.

CHAKRAVARTY, S. R.; D'AMBROSIO, C. The measurement of social exclusion. *The Review of Income and Wealth*, Malden: Blackwell, v. 52, n. 3, p. 377-398, Sept. 2006. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.550.12&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em nov. 2021

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 17., 2003. Ginebra. *Informe de la conferencia*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 100 p. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/es/about/standards/icls/icls-documents/>. Acesso em: jul. 2021.

D'AMBROSIO, C. (ed.). *Handbook of research on economic and social well-being*. Massachusetts: Edward Elgar, 2018, 608 p.

DECANCO, K.; FLEURBAEY, M.; SCHOKKAERT, E. Inequality, income and well-being. In: ATKINSON, A.; BOURGUIGNON, F. (ed.). *Handbook of income distribution*, Amsterdam: Elsevier, 2015. v. 2, cap. 2, p. 67-140.

HUMAN development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2019. 344 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2019>. Acesso em: nov. 2021.

MAIA, A. G. et. al. *Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional*. [Campinas], 2020. 77 p. Relatório Final do projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico - CNPq - Estudos e pesquisas em avaliação de políticas sociais. Não publicado.

MAPA de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 1 DVD. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=241385>. Acesso em: nov. 2021.

NUSSBAUM, M.; SEN, A. (ed.). *The quality of life*. New York: Oxford University Press, 1993. 472 p. (Unu-wider studies in development economics). Disponível em: <http://doi.org/10.1093/0198287976.001.0001>. Acesso em: nov. 2021.

OLIVEIRA, L. S. de. *Três ensaios sobre pobreza multidimensional*. 2010. 123 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=255618&view=detalhes>. Acesso em: nov. 2021.

OLIVEIRA, L. S. de *et al.* Construction of a consumption aggregate based on information from POF 2008-2009 and its use in the measurement of welfare, poverty, inequality and vulnerability of families. *The Review of Income and Wealth*, Malden: Blackwell, v. 62, n. 1, p. 179-210, Aug. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315943671_Construction_of_a_Consumption_Aggregate_Based_on_Information_from_the_Brazilian_Consumer_Expenditure_and_its_use_in_the_Measurement_of_Welfare_Poverty_Inequality_and_Vulnerability_of_Families_Construc. Acesso em: nov. 2021.

OLIVEIRA, L. S. de *et al.* The expansion of consumption and the welfare dynamics of the Brazilian families: a decomposition analysis of poverty and inequality. *In: SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY - ECINEQ MEETING, 17., 2017, New York. Papers [...]*. New York: City University of New York, The Graduate Center, 2017. p. 1-38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332211428_The_expansion_of_consumption_and_the_welfare_dynamics_of_the_Brazilian_families_a_decomposition_analysis_of_poverty_and_inequality. Acesso em: nov. 2021.

HOW'S life? 2015: measuring well-being. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2015. 264 p. Disponível em: https://doi.org/10.1787/how_life-2015-en. Acesso em: nov. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD guidelines on measuring subjective well-being*. Paris, 2013. 265 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264191655-en>. Acesso em: nov. 2021.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados de alimentação, transporte, lazer e inclusão financeira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 124 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa->

de-orçamentos-familiares-2.html?edicao=31309&t=publicacoes. Acesso em: nov. 2021

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 110 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orçamentos-familiares-2.html?edicao=29142&t=publicacoes>. Acesso em: nov. 2021

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 64 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orçamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=publicacoes>. Acesso em: nov. 2021.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, 2009. 291 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258260767_Report_of_the_Commission_on_the_Measurement_of_Economic_Performance_and_Social_Progress_CMEPSP. Acesso em: nov. 2021.

TRATAMENTOS das informações. *In*: PESQUISA de orçamentos familiares. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 2. 198 p. (Série relatórios metodológicos, v. 10). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81836_v2.pdf. Acesso em: nov. 2021.

TSUI, K. Multidimensional Generalizations of the relative and absolute inequality indices: the Atkinson-Kolm-Sen approach. *Journal of Economics Theory*, Amsterdam: Elsevier, v. 67, n. 1, p. 251-265, Oct. 1995.

TSUI, K. Multidimensional poverty indices. *Social Choice and Welfare*, New York: Springer, v. 19, p. 69-93, 2002.

VILLATORO, P. (comp.). *Indicadores no monetarios de pobreza: avances y desafios para su medición*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2017, 165 p. (Seminarios y conferencias, 87). Memoria del seminario regional realizado en Santiago. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43140-indicadores-monetarios-pobreza-avances-desafios-su-medicion> Acesso em: nov. 2021.

Anexo

Número e proporção de pessoas, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

Anexo - Número e proporção de pessoas, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Pessoas	
	Total	Proporção (%)
Localização geográfica do domicílio		
Brasil	207 021 494	100,0
Urbano	176 498 720	85,3
Rural	30 522 774	14,7
Grandes Regiões		
Norte	17 766 454	8,6
Nordeste	56 450 409	27,3
Sudeste	87 341 382	42,2
Sul	29 600 708	14,3
Centro-Oeste	15 862 540	7,7
Pessoa de referência		
Composição demográfica		
Até 24 anos	6 420 345	3,1
25 a 49 anos	108 652 184	52,5
50 a 64 anos	59 820 677	28,9
65 anos ou mais	32 128 288	15,5
Cor ou raça		
Branços	85 727 022	41,4
Pretos e pardos	118 345 333	57,2
Sexo		
Homem	123 692 325	59,7
Mulher	83 329 169	40,3
Nível de instrução		
Sem instrução	14 569 402	7,0
Ensino fundamental incompleto	76 235 043	36,8
Ensino fundamental completo	18 219 314	8,8
Ensino médio incompleto	10 422 936	5,0
Ensino médio completo	52 388 631	25,3
Ensino superior incompleto	6 850 387	3,3
Ensino superior completo	28 335 781	13,7
Ocupação e formalização		
Empregado doméstico	11 399 134	5,5
Empregado com carteira	48 484 899	23,4
Empregado sem carteira	16 211 386	7,8
Militar e empregado do setor público	18 823 175	9,1
Conta própria	45 989 948	22,2
Empregador	7 239 741	3,5
Fora da força de trabalho e outros casos	58 873 211	28,4

Anexo - Número e proporção de pessoas, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Pessoas	
	Total	Proporção (%)
Composição da família		
Um adulto sem criança	6 347 592	3,1
Um adulto com ao menos uma criança	5 039 346	2,4
Mais de um adulto sem criança	57 368 695	27,7
Mais de um adulto com ao menos uma criança	94 012 897	45,4
Um ou mais idosos com ou sem crianças	9 119 259	4,4
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	35 133 705	17,0
Décimos de rendimento		
1º	20 703 308	10,0
2º	20 703 886	10,0
2º	20 704 523	10,0
4º	20 701 623	10,0
5º	20 702 189	10,0
6º	20 712 373	10,0
7º	20 687 854	10,0
8º	20 701 821	10,0
9º	20 705 525	10,0
10º	20 698 393	10,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Adriana Araújo Beringuy

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa

Análise do Perfil das Despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida

Tabulação dos resultados

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Marcelo Rubens dos Santos do Amaral

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Textos e comentários

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Revisão e preparo de originais

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Laura Maria do Carmo Arêas

Marcelo Rubens dos Santos do Amaral
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Planejamento, acompanhamento e controle

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa
Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos
José Mauro de Freitas Júnior
Juliano José Guimarães Junqueira
Laura Maria do Carmo Arêas
Leonardo Santos de Oliveira
Luciana Alves dos Santos
Marcelo Rubens dos Santos do Amaral
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Colaboradores

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Gerência de Pesquisas

Antony Teixeira Firmino

Gerência de Estudos, Métodos e Controle

Gabriel Henrique Oliveira Assunção
Raphael Fernandes Soares Alves
Michelle Menegardo de Souza
Fernanda Karine Ruiz Colenghi Baptista

Coordenação de Métodos e Qualidade

Gerência de metodologia estatística

André Wallace Nery da Costa
Marcos Paulo Soares de Freitas
Marcus Vinícius Moraes Fernandes

Coordenação Operacional do Censo

Maria Vilma Salles Garcia

Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos

Wolney Cogoy Menezes

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento

Bianca Walsh

Gerência de Soluções de Capacitação

Paulo David De Jesus Tostes Dos Santos
Georgina de Souza Assumpção
Ana Paula Donizetti Lins de Albuquerque
Aline Mirilli Martins Dos Santos
Fabio Muniz de Moura
Hugo Sousa Campos

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Cristiane de Moura Cruz Oliveira

Edson Costa Braga

Arthur Beltrão Castilho Neto

Luiz Fernando de Moura

Marcio Fernandes Rebelo

Vânia da Silva Boquimpani

Helena Serrão Piccinini

Solange Ferreira Pinto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Edson Orofino de Souza

Julio Cezar Figueiredo

Coordenações Estaduais da POF 2017-2018

Rondônia

Antoniony dos Santos Souza

Acre

Lara Torchi Esteves

João Paulo Feitosa Couto

Amazonas

Riter Lucas Miranda Garcia

Roraima

Luiz Felipe Oliveira Souza

Pará

Max Elias Calil Gomes

Amapá

Ananias do Carmo Picanço

Tocantins

João Francisco Severo dos Santos

Nereu Ribeiro Soares Júnior

Maranhão

Patrícia de Oliveira Borges e Souza

Piauí

Ranieri Ferreira Leite

Ceará

Luciano Oliveira Vieira

Rio Grande do Norte

Damião Ernane de Souza

Carlos Alberto Pinheiro Fontes

Paraíba

Felipe Ferreira Fraga

Pernambuco

Isailda Maria Barros Pereira

Alagoas

Thomázio Bergson Farias Correia

Sergipe

Leonardo Souza Leão Leite de Sá

Bahia

Mateus Rodamilans Bastos

Minas Gerais

Alexandre de Lima Veloso

Espírito Santo

Ilmar Vicente Moreira

Rio de Janeiro

Júlia Brandão Teixeira de Freitas

São Paulo

Eugenio Carlos Ferreira Braga

Paraná

Flávio Roberto Schuler de Oliveira

Santa Catarina

Fabiano Rodolfo

Rio Grande do Sul

Marcelo dos Santos Malheiros

Mato Grosso do Sul

Sylvia Martinez Assad de Oliveira

Mato Grosso

Nivaldo de Souza Lima

Goiás

Mariana Borges Celani

Distrito Federal

Vladimir de Andrade Stempliuk

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marisa Sigolo Mendonça

Gerência de Editoração**Estruturação textual**

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Leonardo Martins

Lucas Monçores

Diagramação textual

Leonardo Martins

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Aline Loureiro de Souza

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017 - 2018

PERFIL DAS DESPESAS NO BRASIL

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

As Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs realizadas pelo IBGE visam disponibilizar informações sobre a composição dos orçamentos domésticos e as condições de vida da população brasileira, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, além de gerar bases de dados e estudos sobre o seu perfil nutricional.

O tema perfil das despesas no Brasil vem sendo objeto de estudos da POF 2017-2018, cujos resultados, apresentados em duas publicações complementares recentes, delinearam um rico panorama da realidade socioeconômica das unidades domiciliares nas áreas urbana e rural, para o conjunto do País e as Grandes Regiões, sob as perspectivas dos gastos e das condições de vida. Nesses volumes, foram contempladas, além de informações sobre a despesa *per capita* total e seus componentes, nove dimensões de análise e alguns condicionantes reconhecidamente determinantes da qualidade de vida no Brasil, como a localização geográfica do domicílio, a composição da família, os décimos da renda disponível familiar *per capita*, e as características da pessoa de referência, como sexo, cor ou raça, idade, nível de escolaridade, posição na ocupação no trabalho principal e participação na força de trabalho.

A presente publicação, também dedicada a essa temática, destina-se a avaliar a qualidade de vida da população sob a perspectiva de dois indicadores de perdas ou privações multidimensionais. O primeiro, índice de perda de qualidade de vida (IPQV), mensura as perdas ou privações vividas pelas pessoas nas seguintes dimensões: *Moradia; Acesso aos serviços de utilidade pública; Saúde e alimentação; Educação; Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida; e Transporte e lazer*. As análises relacionadas a esse indicador estão apresentadas por recortes geográficos, por variáveis associadas à qualificação para o convívio social e para o ingresso na atividade econômica, como a escolaridade, bem como por variáveis relativas à inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho. O segundo, índice de desempenho socioeconômico (IDS), permite avaliar de que modo tais perdas afetam o desenvolvimento do conjunto da sociedade, considerando-se o Brasil e as Unidades da Federação. O IPQV e o IDS refletem as dificuldades das famílias para transformar, integralmente, todos os seus recursos e as suas aquisições de bens e serviços em qualidade de vida. As análises são ilustradas por meio de tabelas e gráficos.

As notas técnicas que acompanham a publicação sintetizam os procedimentos utilizados na coleta e no tratamento dos dados da pesquisa, as conceituações das variáveis investigadas, entre outras considerações de natureza metodológica.

A exemplo das anteriores, esta publicação está acessível no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda os instrumentos de coleta utilizados na POF 2017-2018, assim como os microdados da pesquisa, de modo a facilitar a exploração de sua base de dados segundo perspectivas diversas.



ISBN 978-65-87201-96-2



9 786587 201962